

Relatório da Administração

Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Paulista de Força e Luz ("CPFL Paulista" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados da Companhia em relação ao exercício de 2019, exceto quando especificado de outra forma.

1. Considerações iniciais

Em 2020, a CPFL Paulista cumpriu com sua agenda estratégica, atendendo com eficiência às demandas de seus 4,7 milhões de clientes, em 234 municípios do Estado de São Paulo.

As vendas de energia para o mercado cativo registraram uma redução de 4,6% em relação ao exercício de 2019. Destacam-se as classes industrial e comercial, que registraram respectivamente uma redução de 19,3% e 13,9% ante 2019.

Ao longo deste relatório serão apresentadas as informações mais relevantes do último exercício, como o reajuste das tarifas de energia e as iniciativas que visam melhorar a qualidade do fornecimento de energia e dos serviços prestados aos clientes.

2. Comentário sobre a conjuntura

Ambiente Macroeconômico

Após uma forte contração entre 2014 e 2016, período marcado por diversas turbulências políticas, a economia brasileira engrenou uma recuperação lenta e irregular entre 2017 e 2019. A expectativa de uma recuperação mais forte em 2020 era consensual, porém foi frustrada pela chegada da pandemia de Covid-19.

A pandemia afetou a economia brasileira tanto pela recessão global e sua consequente exacerbação de riscos, com forte restrição das condições financeiras, como pela adoção de medidas de restrição de circulação de pessoas no Brasil. O choque trazido pela pandemia impôs uma forte retração da economia no primeiro semestre do ano, especialmente no segundo trimestre. Ainda que a economia não tenha recuperado o patamar pré-Covid19, o bom desempenho na segunda metade do ano garantiu que o Brasil tivesse um desempenho relativamente bom na comparação com seus pares, em linha com o pacote de estímulos também mais ambicioso.

Em 2020, a combinação da pandemia e da manutenção da massa de renda (que, de fato, chegou a crescer em relação a 2019, quando se considera o Auxílio Emergencial) impactou a economia de duas maneiras: (i) houve um aumento da poupança, tanto por motivos precaucionais como pela redução das oportunidades de gastos (especialmente em serviços); e (ii) houve uma alteração no padrão de consumo das famílias, com maior apetite por bens consumidos nos lares (super e hipermercados, móveis e eletrodomésticos, material de construção) e redução de consumo de bens e serviços ligados à mobilidade (serviços prestados às famílias, combustíveis, transporte aéreo, etc).

A ocupação recuou de maneira recorde em decorrência da menor circulação; isso se refletiu numa inflação de serviços extremamente baixa, inédita, com núcleos de inflação também bastante abaixo da meta. Além disso, parte dos esforços de enfrentamento da pandemia contou com a postergação de reajustes de preços administrados, fazendo com que estes também encerrassem o ano de 2020 em nível excepcionalmente baixo.

Por sua vez, a ociosidade na indústria, amplificada no primeiro semestre, foi revertida no segundo semestre – com a recomposição de estoques incentivando níveis maiores de atividade, especialmente nos setores cujo consumo foi privilegiado pelos novos hábitos. Não obstante um nível maior de atividade, os preços industriais permaneceram relativamente bem acomodados, apesar de fortes altas no atacado. No cômputo final, a inflação encerrou o ano em 4,5%, ligeiramente acima do centro da meta, de 4%.

2020 se encerrou, assim, com a economia recuperando parte das perdas vivenciadas por conta do choque pandêmico, porém com menos medidas de estímulo à vista, tal recuperação dependerá fundamentalmente do progresso da vacinação como forma de contornar os efeitos da pandemia. Apesar de haver ainda muita incerteza com relação ao calendário vacinal no Brasil, estima-se que com as doses já contratadas (tanto da CoronaVac como da vacina da AstraZeneca/Oxford) será possível imunizar os grupos de risco no primeiro semestre do ano. Ainda que isso não seja suficiente para reduzir a circulação do vírus, deve aliviar sobremaneira os sistemas de saúde, possibilitando a normalização gradual das atividades.

Tarifas de energia elétrica

Reajuste Tarifário Anual (RTA) de 2020:

Em 7 de abril de 2020, por meio da Resolução Homologatória nº 2.670, a Aneel reajustou as tarifas de energia elétrica da CPFL Paulista em 14,90%, sendo 6,09% relativos ao Reajuste Tarifário Econômico e 8,80% referentes aos componentes financeiros externos ao Reajuste Tarifário, correspondendo a um efeito médio de 6,05% percebido pelos consumidores. O impacto da Parcela A (Energia, Encargos de Transmissão e Encargos Setoriais) no reajuste econômico foi de 5,83% e da Parcela B de 0,26%. A ANEEL suspendeu a aplicação das novas tarifas de 2020 para a CPFL Paulista até 1º de julho de 2020, devido à pandemia da COVID-19. A diferença de receita desde a data de aniversário até 1º de julho foi repassada à distribuidora por meio do empréstimo setorial "Conta COVID". Adicionalmente, para evitar descasamento de fluxo de caixa, a ANEEL concedeu desconto no pagamento da CDE à CCEE, no mesmo período, no valor estimado desta diferença de receita, para ser reembolsado parceladamente de julho a dezembro de 2020.

3. Desempenho operacional

Clientes: a CPFL Paulista encerrou o ano com 4,7 milhões de clientes, com acréscimo de 94 mil consumidores, representando um crescimento de 2,0%.

Vendas de energia

Em 2020, as vendas para o mercado cativo totalizaram 20.063 GWh, uma queda de 4,6% em relação a 2019.

A participação das principais classes de consumo no total da energia faturada para consumidores cativos da distribuidora em 2020 foi de 50,4% para a classe residencial, 18,6% para a classe comercial e 9,7% para a classe industrial. Para essas classes de consumo destaca-se:

- **Classe Residencial:** aumento de 2,3%, refletindo principalmente o incremento de unidades consumidoras em 2020 em relação a 2019;
- **Classes Comercial e Industrial:** reduções de 13,9% e de 19,3%, respectivamente, refletindo os impactos trazidos pelo período de isolamento social e restrição de atividades devido à pandemia da covid-19, além de um calendário com menos dias de faturamento para os clientes do grupo A (para adequação à REN 863/2019 da ANEEL) e o efeito da movimentação de clientes para o mercado livre;

Nota: as vendas para o mercado cativo não consideram a informação sobre a energia vendida por meio do Mecanismo de Vendas de Excedentes (MVE), ocorrida em 2019, incluída na linha de "Outras Concessionárias, Permissionárias e Autorizadas" da nota explicativa de "Receita Operacional".

Qualidade dos serviços prestados

Atendimento ao cliente: a CPFL Paulista obteve em 2020 o Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP) de 81,0% na pesquisa anual realizada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – Abradee, 6,3 pontos acima do resultado de 2019. O índice foi superior à média nacional de 74,9%.

Fornecimento de energia: a CPFL Paulista desenvolve iniciativas para aprimorar a gestão operacional e a logística de serviços de rede. Também realiza um programa intenso de inspeções e manutenções preventivas dos ativos elétricos. Em 2020, o DEC, que mede a duração equivalente de interrupção por cliente, foi de 6,81 horas e o FEC, que mede a frequência equivalente de interrupção por cliente, foi de 4,27 vezes, entre os menores do setor.

4. Desempenho econômico-financeiro

Os comentários da administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

Receita operacional: a receita operacional bruta foi de R\$ 17.386 milhões em 2020, representando um aumento de 2,7% (R\$ 449 milhões), decorrente da variação de R\$ 512 milhões no ativo e passivo financeiro setorial, além dos aumentos: (i) de 9,4% em outras receitas (R\$ 208 milhões); (ii) de 23,6% na receita com construção de infraestrutura (R\$ 182 milhões); e (iii) de 59,2% de atualização do ativo financeiro da concessão (R\$ 57 milhões). Esses aumentos foram parcialmente compensados pelas reduções: (i) de 2,3% no fornecimento de energia elétrica (R\$ 311 milhões) e (ii) de 30,1% no suprimento de energia elétrica (R\$ 200 milhões).

As deduções da receita operacional foram de R\$ 5.938 milhões em 2020, representando uma redução de 4,3% (R\$ 268 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 11.448 milhões em 2020, representando um aumento de 6,7% (R\$ 717 milhões).

Geração operacional de caixa (EBITDA): em 2020, o EBITDA foi de R\$ 1.664 milhões, representando um aumento de 7,3% (R\$ 113 milhões), devido ao aumento de 6,7% na receita líquida (R\$ 717 milhões). Esta variação foi parcialmente compensada pelos seguintes fatores: (i) aumento de 5,7% no custo com energia elétrica (R\$ 405 milhões); (ii) aumento de 23,6% nos custos com construção de infraestrutura (R\$ 182 milhões), que tem contrapartida na receita líquida em igual valor; e (iii) aumento de 1,2% (R\$ 16 milhões) no PMSO (despesas com Pessoal, Material, Serviços de Terceiros, Outros Custos/Despesas Operacionais e Entidade de Previdência Privada), devido aos seguintes fatores:

- ✓ Redução de 3,8% (R\$ 16 milhões) nas despesas com pessoal;
- ✓ Redução de 3,6% (R\$ 3 milhões) nas despesas com material;
- ✓ Aumento de 0,2% (R\$ 1 milhão) nas despesas com serviços de terceiros;
- ✓ Redução de 3,7% (R\$ 11 milhões) em outros custos/despesas operacionais;
- ✓ Aumento de 57,2% (R\$ 45 milhões) no item Entidade de Previdência Privada.

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA		
	2020	2019
Lucro Líquido	971.298	837.604
Amortização	294.024	276.736
Resultado Financeiro	-77.018	46.933
Contribuição Social	126.951	105.224
Imposto de Renda	349.155	285.023
EBITDA	1.664.408	1.551.519

*Conforme Instrução CVM nº 527, de 4/10/2012

Lucro líquido: a CPFL Paulista apurou lucro líquido de R\$ 971 milhões em 2020, representando um aumento de 16,0% (R\$ 134 milhões), refletindo o aumento 7,3% no EBITDA (R\$ 113 milhões) e a variação de R\$ 124 milhões no resultado financeiro líquido. Estas variações foram parcialmente compensadas pelos aumentos de 22,1% no imposto de renda e contribuição social (R\$ 86 milhões) e de 6,2% na amortização (R\$17 milhões).

Endividamento: no final de 2020, a dívida financeira (incluindo derivativos) da CPFL Paulista atingiu R\$ 5.617 milhões, representando um aumento de 25,9%.

5. Investimentos

No ano, foram investidos R\$ 884 milhões na ampliação, manutenção, melhoria, automação, modernização e reforço do sistema elétrico para atendimento ao crescimento de mercado e melhoria de eficiência e qualidade, em infraestrutura operacional, nos serviços de atendimento aos clientes e em programas de pesquisa e desenvolvimento, entre outros.

6. Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa

A CPFL Paulista desenvolve iniciativas que buscam gerar valor compartilhado entre a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir para a melhoria das condições econômicas, sociais e ambientais nas áreas de abrangência. Alinhados ao planejamento estratégico do Grupo CPFL, os compromissos e as diretrizes de atuação visam promover o desenvolvimento sustentável e são incorporados aos processos decisórios e ações, conforme destaques a seguir.

Plano de sustentabilidade: definição da estratégia de sustentabilidade com foco em três pilares – Energia sustentável, Soluções inteligentes e Valor compartilhado com a sociedade – e em habilitadores fundamentais para nossa atuação - Ética, Transparência, Desenvolvimento de pessoas e inclusão, com compromissos públicos e iniciativas de valor em diversas áreas da empresa, contribuindo para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Plataforma de sustentabilidade: ferramenta de gestão da performance em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano de Sustentabilidade.

Comitê de sustentabilidade: instância da diretoria executiva responsável por monitorar o Plano e a Plataforma de sustentabilidade, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para o desenvolvimento sustentável da empresa.

Mudança do Clima: atuamos com foco estratégico em negócios de baixo carbono e projetos que visam combater a mudança climática e seus impactos, nas frentes de Gestão de Emissões de GEE, Gestão de riscos e oportunidades, Inovação, Engajamento e divulgação.

Gestão ambiental: a empresa possui certificação ISO 14001, suas unidades operacionais (Estações Avançadas e Subestações) são periodicamente avaliadas quanto aos riscos e requisitos legais. Possui contrato para atendimento a situações de emergência ambiental, além de seguro específico. Realiza projetos visando aprimorar o desempenho ambiental nos municípios, como o Arborização + Segura.

Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética (SGDE): O Programa de Integridade assegura os mecanismos adequados para promover a cultura ética, alinhada aos princípios do grupo CPFL Energia. O programa possui 4 pilares compostos por procedimentos que evidenciam, inclusive, o tom e a prática do discurso pela alta administração, diretrizes como o Código de Conduta Ética, além de ferramentas de comunicação como treinamentos e o canal externo de ética, avaliação e monitoramento. Podemos destacar ações ocorridas/implementadas do Programa de Integridade, tais como: A manutenção do Selo Pró-Ética 2019/2020. O prêmio foi concedido pela Controladoria Geral da União (CGU) a um seleto grupo de empresas, que fomentam a adoção voluntária de medidas de integridade e comprometidas em implementar ações voltadas à prevenção, detecção e remediação de atos de corrupção e fraude, o treinamento virtual/e-learning do Programa de Integridade que contemplou 11.121 colaboradores do grupo CPFL, a implantação da Conversa Mensal de Integridade – CMI em todas unidades do grupo CPFL com temas como Assédio Sexual, Conflito de Interesses, Tratamento Desrespeitoso, Atividades Políticas Partidárias, Discriminação e Preconceito e Brindes Presente e Hospitalidades. Além disso, foram realizadas 12 reuniões do Comitê de Ética em 2020 para tratar de temas relacionados à gestão da ética, considerando sugestões, consultas e denúncias recebidas no período.

Relacionamento com a comunidade: entre as ações que visam contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que a CPFL Paulista atua, destacam-se: **(i) Apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA (1% I.R.)** –

Em 2020, a CPFL Paulista destinou R\$ 669 mil para o Fundo Municipal da Criança e Adolescente de 7 cidades. O repasse irá apoiar as ONGs nesses municípios que desenvolvem projetos de transformação social através da cultura e do esporte; **(ii) Apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos do Idoso – CMDI (1% I.R.)** – Em 2020, a CPFL Paulista destinou R\$ 669 mil para o Fundo Municipal da Pessoa Idosa de municípios para apoiar projetos de desenvolvimento tecnológico e programas da ala de idosos do Hospital do Câncer de Barretos/SP e o Hospital de Base de São José do Rio Preto; **(iii) Apoio ao Pronon – Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (1% I.R.)** – Em 2020, a CPFL Paulista destinou R\$ 669 mil para apoiar projetos de pesquisa e aquisição de equipamentos para a área oncológica de dois hospitais; **(iv) Apoio ao Pronas – Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (1% I.R.)** – Em 2020, a CPFL Paulista destinou R\$ 828 mil para apoiar projetos voltados à ampliação dos serviços médico-assistenciais em instituições de 2 municípios; **(v) Voluntariado** – Em 2020 foram desenvolvidas 12 ações, que envolveram cerca de 1.032 participações voluntárias. As ações desenvolvidas em 4 cidades da área de concessão beneficiaram aproximadamente 1.767 pessoas diretamente; **(vi) Eficiência energética (0,5% da ROL)** – Foram investidos R\$ 81 milhões em projetos de eficiência energética, dos quais destacam-se: R\$ 25,3 milhões em projetos destinados a consumidores de baixo poder aquisitivo, que resultaram na (a) regularização de 1.954 clientes; substituição de (b) 94.575 lâmpadas por modelos mais eficientes (LED); (c) instalação de 32.525 aquecedores solares. Foi também executado projeto educacional (d) CPFL nas Escolas, que capacitou 5.874 alunos do ensino fundamental no uso consciente e seguro da energia elétrica, com um investimento de R\$ 3,6 milhões. Também desenvolveu (e) projeto bônus residencial com a substituição de 6.696 geladeiras ineficientes por geladeiras econômicas da tecnologia inverter, com um investimento de R\$ 5,3 milhões. Executou ainda (f) projetos de Iluminação Pública, que proporcionaram a substituição de 2.067 pontos de Iluminação por LED, com um investimento total de R\$ 1,9 milhão. Por fim, (g) investiu R\$ 32 milhões no Programa de Hospitais, que está implementando Sistemas de Geração Fotovoltaica e realizando a Substituição de lâmpadas por LED em Hospitais Públicos e Filantrópicos da área de concessão; e **(vii) Escola de Eletricista:** visa formar um banco de eletricistas capacitados e mitigar riscos advindos do apagão de mão de obra. Constitui um investimento social por oferecer qualificação gratuita para o mercado de trabalho com possibilidade inclusive de aproveitamento no quadro da própria empresa. Em 2020, foram realizadas 7 turmas, concluímos a formação de 99 novos eletricistas, sendo que 57 deles foram contratados.

Gestão de Recursos Humanos: Em 2020, treinamos 1.402 pessoas, que representa 94% do quadro de colaboradores. Foram 7.675 horas de treinamento online. Também foram realizados treinamentos para a comunidade, com 4 Escolas para formação de eletricistas ao longo do ano, 64 pessoas treinadas e mais de 1.700 horas de desenvolvimento.

Rede de Valor: seguindo as regras de isolamento social devido a pandemia, em 2020 os encontros da Rede de Valor ocorreram de forma online. Participaram 95 empresas fornecedoras e foram realizados 3 encontros que abordaram os seguintes assuntos: Plano de Sustentabilidade e Ética, Segurança do Trabalho e os Conceitos de Transformação Digital, Cenário Econômico e Desafios do Setor Elétrico.

7. Auditores independentes

A KPMG Auditores Independentes (KPMG) foi contratada pela CPFL Paulista para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a KPMG prestou, em 2020, serviços não relacionados à auditoria externa cujos honorários agregados foram

superiores a 5% do total de honorários recebidos pelo serviço de auditoria contábil (societária, regulatória e Sox).

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a KPMG prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, de revisão das informações intermediárias e de auditoria de Sox, os seguintes serviços:

Natureza	Contratação	Duração
Asseguração de <i>covenants</i> financeiros	28/12/2016	Exercícios de 2017 a 2021
Asseguração de informações para o BNDES	23/10/2020	6 meses
Serviços de <i>compliance</i> tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)	28/12/2016	Exercícios de 2017 a 2021

Contratamos um total de R\$ 59 mil referentes aos serviços descritos acima, o que equivale a aproximadamente 7% dos honorários de auditoria externa das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, de revisão das informações intermediárias e de auditoria de Sox referentes ao exercício social de 2020 da Companhia.

A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Conforme previsto pela Instrução CVM 381/03, a KPMG declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

8. Agradecimentos

A Administração da CPFL Paulista agradece aos seus clientes, fornecedores e às comunidades de sua área de atuação, pela confiança depositada na companhia no ano de 2020. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	938.375	692.337
Títulos e valores mobiliários	6	705.878	300.315
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	2.039.712	2.038.951
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	667	1.346
Outros tributos a compensar	8	64.451	60.601
Derivativos	32	22.459	71.034
Ativo financeiro setorial	9	342.557	652.971
Estoques		10.265	11.069
Outros ativos	12	293.149	182.818
Total do circulante		4.417.515	4.011.443
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	67.701	43.458
Depósitos judiciais	21	396.854	396.377
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	-	64.903
Outros tributos a compensar	8	74.098	64.132
Ativo financeiro setorial	9	-	2.748
Derivativos	32	621.184	74.307
Créditos fiscais diferidos	10	311.368	415.565
Ativo financeiro da concessão	11	4.159.774	3.521.168
Outros ativos	12	9.787	10.025
Ativo contratual	13	587.106	433.001
Intangível	14	1.807.257	1.879.943
Total do não circulante		8.035.129	6.905.628
Total do ativo		12.452.644	10.917.071

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
Circulante			
Fornecedores	15	1.627.663	1.400.323
Empréstimos e financiamentos	16	149.589	1.032.936
Debêntures	17	13.119	16.081
Entidade de previdência privada	18	154.688	191.234
Taxas regulamentares	19	41.476	103.027
Imposto de renda e contribuição social a recolher	20	5.247	7.716
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	20	406.246	309.512
Dividendo e juros sobre capital próprio	23	230.843	620.717
Obrigações estimadas com pessoal		42.986	40.112
Derivativos	32	-	26.097
Outras contas a pagar	22	490.999	292.770
Total do circulante		3.162.857	4.040.527
Não circulante			
Fornecedores	15	7.328	-
Empréstimos e financiamentos	16	3.934.741	1.405.276
Debêntures	17	2.163.292	2.127.903
Entidade de previdência privada	18	2.011.934	1.542.274
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	21	141.951	169.982
Passivo financeiro setorial	9	169.698	-
Outras contas a pagar	22	21.552	108.688
Total do não circulante		8.450.496	5.354.123
Patrimônio líquido			
	23		
Capital social		1.325.848	1.308.373
Reserva de capital		126.767	144.242
Reserva legal		171.913	123.315
Reserva de retenção de lucros para investimento		-	109.658
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		676.972	442.645
Dividendo		-	576.335
Resultado abrangente acumulado		(1.462.209)	(1.182.147)
Total do patrimônio líquido		839.291	1.522.421
Total do passivo e do patrimônio líquido		12.452.644	10.917.071

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ
Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2020	2019
Receita operacional líquida	25	11.447.521	10.730.696
Custo do serviço			
Custo com energia elétrica	26	(7.541.219)	(7.136.199)
Custo com operação	27	<u>(854.855)</u>	<u>(797.984)</u>
Amortização		(251.151)	(235.082)
Outros custos com operação		(603.704)	(562.902)
Custo do serviço prestado a terceiros	27	(956.123)	(773.315)
Lucro operacional bruto		2.095.324	2.023.198
Despesas operacionais			
Despesas com vendas		<u>(314.573)</u>	<u>(313.115)</u>
Amortização		(1.781)	(1.200)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(94.959)	(82.420)
Outras despesas com vendas	27	(217.833)	(229.495)
Despesas gerais e administrativas		<u>(379.029)</u>	<u>(378.593)</u>
Amortização		(41.092)	(40.454)
Outras despesas gerais e administrativas	27	(337.937)	(338.139)
Outras despesas operacionais		<u>(30.330)</u>	<u>(56.706)</u>
Outras despesas operacionais	27	(30.330)	(56.706)
Resultado do serviço		1.371.392	1.274.783
Resultado financeiro	28		
Receitas financeiras		367.796	305.230
Despesas financeiras		<u>(290.778)</u>	<u>(352.163)</u>
		77.018	(46.933)
Lucro antes dos tributos		1.448.410	1.227.851
Contribuição social	10	(127.041)	(105.224)
Imposto de renda	10	<u>(349.400)</u>	<u>(285.023)</u>
		(476.442)	(390.247)
Lucro líquido do exercício		<u>971.969</u>	<u>837.604</u>
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$	24	1,10	0,95

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	971.969	837.604
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:		
Ganhos (perdas) atuariais líquidos dos efeitos tributários	(279.034)	(610.015)
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários	(1.028)	545
Resultado abrangente do exercício	691.906	228.134

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Dividendo	Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva estatutária de retenção de lucros para investimento	Reserva de capital de giro				
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.273.423	179.192	81.435	109.658	442.645	397.190	(572.677)	-	1.910.866
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	837.604	837.604
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(610.015)	-	(610.015)
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	545	-	545
Mutações internas do patrimônio líquido									
Constituição da reserva legal	-	-	41.880	-	-	-	-	(41.880)	-
Transações de capital com os acionistas									
Aumento de capital	34.950	(34.950)	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(83.003)	(83.003)
Juros sobre o capital próprio - AGE de 31/12/2019	-	-	-	-	-	-	-	(136.386)	(136.386)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	576.335	-	(576.335)	-
Aprovação da proposta de dividendo e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(397.190)	-	-	(397.190)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.308.373	144.242	123.315	109.658	442.645	576.335	(1.182.147)	-	1.522.421
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	971.969	971.969
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(279.034)	-	(279.034)
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(1.028)	-	(1.028)
Mutações internas do patrimônio líquido									
Constituição da reserva legal	-	-	48.598	-	-	-	-	(48.598)	-
Constituição de reserva de capital de giro	-	-	-	-	676.972	-	-	(676.972)	-
Transações de capital com os acionistas									
Aumento de capital	17.475	(17.475)	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	(576.335)	-	-	(576.335)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(142.692)	(142.692)
Juros sobre o capital próprio - AGE de 30/12/2020	-	-	-	-	-	-	-	(103.707)	(103.707)
Aprovação de dividendos intermediários AGE 20/11/2020	-	-	-	(109.658)	(442.645)	-	-	-	(552.303)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.325.848	126.767	171.913	-	676.972	-	(1.462.209)	-	839.291

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro antes dos tributos	1.448.410	1.227.851
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	294.024	276.736
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	70.244	133.733
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	94.959	82.420
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	9.949	139.789
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	122.574	77.977
Perda (ganho) na baixa de não circulante	27.082	53.872
	2.067.242	1.992.378
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(119.897)	(376.370)
Tributos a compensar	51.926	(10.923)
Depósitos judiciais	8.440	98.973
Ativo financeiro setorial	346.371	175.042
Contas a receber - CDE	1.790	32.804
Outros ativos operacionais	(154.798)	(48.793)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	234.667	373.711
Outros tributos e contribuições sociais	81.143	(9.288)
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(131.510)	(93.790)
Taxas regulamentares	(61.551)	40.615
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(106.812)	(264.585)
Passivo financeiro setorial	146.679	-
Contas a pagar - CDE	(4.693)	9.598
Outros passivos operacionais	180.556	75.453
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	2.539.553	1.994.825
Encargos de dívida e debêntures pagos	(184.846)	(258.019)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(211.294)	(340.617)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	2.143.413	1.396.189
Atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações)	(699.994)	(300.765)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	302.695	623
Adições de ativo contratual	(883.751)	(739.117)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(1.281.050)	(1.039.259)
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e debêntures	2.220.855	2.455.184
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(1.419.192)	(2.186.943)
Liquidação de operações com derivativos	331.366	47.801
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(1.749.355)	(178.214)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	(616.326)	137.828
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	246.038	494.758
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	692.337	197.579
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	938.375	692.337

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de reais)

	2020	2019
1 - Receita	17.290.597	16.853.778
1.1 Receita de venda de energia e serviços	16.432.289	16.165.239
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	953.267	770.959
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(94.959)	(82.420)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(10.006.190)	(9.372.165)
2.1 Custo com energia elétrica	(8.368.669)	(7.885.935)
2.2 Material	(619.995)	(548.091)
2.3 Serviços de terceiros	(731.514)	(632.926)
2.4 Outros	(286.011)	(305.213)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	7.284.407	7.481.613
4 - Retenções	(295.652)	(277.653)
4.1 Depreciação e amortização	(295.652)	(277.653)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	6.988.755	7.203.960
6 - Valor adicionado recebido em transferência	383.971	321.502
6.1 Receitas financeiras	383.971	321.502
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	7.372.726	7.525.461
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	521.446	485.714
8.1.1 Remuneração direta	230.694	224.502
8.1.2 Benefícios	272.040	241.735
8.1.3 F.G.T.S	18.712	19.477
8.2 Impostos, taxas e contribuições	5.575.581	5.838.914
8.2.1 Federais	2.907.928	3.140.779
8.2.2 Estaduais	2.659.231	2.690.547
8.2.3 Municipais	8.422	7.588
8.3 Remuneração de capital de terceiros	303.731	363.230
8.3.1 Juros	301.613	360.773
8.3.2 Aluguéis	2.118	2.457
8.4 Remuneração de capital próprio	971.969	837.604
8.4.1 Juros sobre capital próprio (incluindo adicional proposto)	103.707	136.386
8.4.2 Dividendos (incluindo adicional proposto)	142.692	659.337
8.4.3 Lucros retidos	725.570	41.880
	7.372.726	7.525.461

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Paulista de Força e Luz (“CPFL Paulista” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte - Jardim Professora Tarcilla - CEP 13087-397, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos, até 20 de novembro de 2027, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 234 municípios do interior do Estado de São Paulo. Entre os principais estão Campinas, Ribeirão Preto, Bauru e São José do Rio Preto, atendendo a aproximadamente 4,7 milhões de consumidores.

1.1 Impactos do COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o coronavírus (COVID-19) é uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nas demonstrações financeiras. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando e implementando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID -19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declarou o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

A Administração tem avaliado de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes medidas foram tomadas e os principais assuntos que estão sob monitoramento constante estão listados a seguir:

- Implementação de medidas temporárias no quadro de funcionários, tais como planos de home office, adequação dos espaços coletivos para evitar aglomerações, e demais medidas aplicáveis, relacionadas à saúde;
- Negociação com fornecedores de equipamentos para avaliação de prazos de entregas visto ao novo cenário, sem que haja, até o momento, indicativos de riscos relevantes de atraso que possam impactar nas operações;
- Avaliação das condições contratuais com instituições financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos e pagamento com fornecedores, para mitigar eventuais riscos de liquidez;

- Monitoramento das variações de indexadores de mercado que poderiam afetar empréstimos, financiamentos e debêntures;
- Avaliação de eventuais renegociações com clientes, em função de retração macroeconômica. Tais renegociações estão sendo direcionadas, em sua maioria, através de deslocamentos temporais nas quantidades contratadas;
- Monitoramento de redução do mercado faturado pelo fechamento, assim como a retomada após as medidas de flexibilização, de estabelecimentos comerciais e industriais decorrente das medidas de enfrentamento à pandemia;
- Monitoramento de sobrecontratação em função da redução da carga e consequentes sobras de energia superiores aos 5% previstos nos requisitos regulatórios;
- Monitoramento da inadimplência, especialmente sob a luz da suspensão inicial por 90 dias, contados a partir de 25 de março de 2020, e da sua prorrogação até 31 de julho de 2020, dos cortes por inadimplência para determinados consumidores (residenciais e serviços considerados essenciais, conforme regra específica estabelecida pela ANEEL), assim como os efeitos da retomada da política de cortes após 01 de agosto de 2020.

Devido à relevância dos potenciais impactos mencionados, as autoridades do Setor Elétrico Brasileiro, em especial o Ministério de Minas e Energia (MME) e a ANEEL, adotaram algumas medidas durante o período:

- Isenção aos consumidores de baixa renda com consumo mensal de até 220 quilowatt-hora (kWh/mês) do pagamento da conta de energia elétrica, no período entre 1º de abril a 30 de junho de 2020, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, custeada por meio de aportes da União ao fundo setorial CDE, conforme previsto na Medida Provisória nº 949, de 8 de abril de 2020;
- Reconhecimento das sobras resultantes da redução de carga das distribuidoras, decorrente dos efeitos da pandemia de COVID 19, como exposição contratual involuntária, a ser regulamentada pela ANEEL, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, e no Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020;
- Criação da Conta COVID por meio da Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020 e regulamentada por meio do Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, e da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020.

A Conta COVID destina-se a receber recursos para cobrir déficits ou antecipar receitas, total ou parcialmente, às concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, referentes: i) aos efeitos da sobrecontratação de abril a dezembro de 2020; ii) à constituição da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” – CVA entre a data de homologação do último processo tarifário e dezembro de 2020; iii) à neutralidade dos encargos setoriais de abril a dezembro de 2020; iv) à postergação até 30 de junho de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia elétrica homologados até a mesma data, enquanto perdurarem os efeitos da postergação; v) saldo da CVA reconhecido e diferimentos reconhecidos ou revertidos no último processo tarifário, que não tenham sido totalmente amortizados; e vi) antecipação do ativo regulatório relativo à “Parcela B”.

A disponibilidade de tais recursos (exceto para o item “iv” apresentado acima) é limitada aos efeitos da pandemia estimados pela ANEEL para cada distribuidora, sendo: i) redução de faturamento e de arrecadação, até dezembro de 2020, decorrentes dos efeitos do estado de calamidade pública; e ii) valores estimados de diferimentos e parcelamentos de obrigações vencidas e vincendas relativas ao faturamento da demanda contratada para unidades consumidoras do Grupo A.

A CCEE contratou a operação de crédito para aportar recursos à Conta COVID e efetuou o repasse às distribuidoras até janeiro de 2021, conforme a necessidade declarada por elas individualmente, limitada aos valores homologados pela ANEEL. O pagamento dos recursos provenientes da operação de crédito se dará por meio de encargo, denominado CDE COVID, a ser homologado pela ANEEL e cobrado dos consumidores a partir dos processos tarifários de 2021 durante o tempo necessário para a quitação da referida operação.

Em julho de 2020 a Companhia declarou sua necessidade por meio de protocolo digital juntamente com o Termo de Aceitação constante do Anexo I da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020, considerando os itens “i” a “iii” citados acima em valor máximo equivalente à soma das reduções de faturamento e de arrecadação decorrente dos efeitos da calamidade pública, até dezembro de 2020, estimados pela ANEEL e constantes do Anexo II da mesma Resolução. Até 31 de dezembro de 2020, os valores foram homologados pela ANEEL e os repasses referentes aos meses de julho, agosto, setembro e outubro foram efetuados pela CCEE, conforme o cronograma apresentado pela Companhia, no montante de R\$ 830.176, não restando mais recursos a serem recebidos da Conta COVID.

Considerando todas as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos impactos do COVID-19 em seu negócio, assim como as atualizações regulatórias efetuadas no período, para o ano findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia concluiu que os principais efeitos nas suas demonstrações financeiras estão na Parcela A, na Parcela B e PDD (nota 32).

O efeito financeiro e econômico para a Companhia ao longo dos próximos meses dependerá do desfecho da crise e seus impactos macroeconômicos, especialmente no que tange à retração na atividade econômica, bem como da extensão do isolamento social por possíveis novas ondas de contágio e das medidas de flexibilização implantadas pelo governo. A Companhia continuará monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras.

Reequilíbrio Econômico Financeiro

Em decorrência dos efeitos das medidas restritivas adotadas pelo governo para conter o avanço da pandemia causada pelo surto do Coronavírus (COVID 19), a Companhia, assim como outras concessionárias de distribuição de energia elétrica do país, sofreu impactos extraordinários e imediatos, tais como, queda da receita em função da retração do mercado consumidor e redução da arrecadação pelo aumento da inadimplência.

Considerando os efeitos da pandemia e, tendo como base o contrato de concessão entre a Companhia e o Poder Concedente, por intermédio da ANEEL, assim como os artigos 9º e 10º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, dentre outras previsões legais aplicáveis, a Companhia possui o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, de forma que, em uma situação em que ônus gerados por eventos alheios à gestão dos riscos inerentes à operação, tais como, mas sem se limitar, a eventos categorizados como caso fortuito ou força maior, ou mesmo determinações do Poder Concedente que impactem a Companhia, devem ser ressarcidos à Companhia para reequilibrar a saúde econômico-financeira do contrato de concessão.

O Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, que regulamenta a Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, prevê a análise pela ANEEL, em processo administrativo específico, da necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro das concessionárias de distribuição de energia elétrica, mediante solicitação das interessadas. Nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 885, de 23 de junho de 2020, a Agência, instaurou segunda fase da Consulta Pública nº 35 de 2020 (“CP35/2020”) no período entre 18 de agosto e 05 de outubro de 2020, com o objetivo de regular a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão e permissão do serviço público de distribuição energia elétrica, não tendo sido concluído até o fechamento das presentes demonstrações financeiras. Em continuidade ao processo de estabelecimento da regulamentação do equilíbrio econômico-financeiro, a ANEEL decidiu por abrir 3ª Fase da Consulta Pública nº 35 entre os dias 16/12/2020 e 01/02/2021. Adicionalmente, nesta mesma fase da consulta pública optou-se por colocar em discussão as regras para alocação dos custos dos empréstimos da Conta COVID e da sobrecontratação, reflexo do cenário de pandemia.

A Companhia aguarda o desfecho da regulamentação para avaliar as medidas a serem tomadas.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos

técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL (“www.aneel.gov.br”) e da Companhia (“www.cpf.com.br”) a partir da data estabelecida pelo Órgão Regulador.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 15 de março de 2021.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 32 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 7 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados);
- Nota 9 – Ativo e passivo financeiro setorial (critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens);
- Nota 10 – Créditos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos em função de disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados);
- Nota 11 – Ativo financeiro da concessão (premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos, nota 32);
- Nota 12 – Outros ativos (provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 13 – Ativo contratual (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 14 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 16 – Empréstimos e financiamentos (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 17 – Debêntures (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 18 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações

de benefícios definidos);

- Nota 21 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e
- Nota 32 – Instrumentos Financeiros - derivativos (principais premissas para determinação do valor justo).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Segmento operacional

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, na prestação de serviços de distribuição e disponibilidade de energia elétrica, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Conseqüentemente, a Companhia concluiu que a sua demonstração de resultados e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

2.6 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(3)SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados. Os novos pronunciamentos e interpretações contábeis emitidos a partir de 1º de janeiro de 2020 não geraram diferenças nas práticas já adotadas.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas.

3.2 Contratos de concessão

O ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e são aplicáveis para situações em que o Poder Concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura ao final do prazo da concessão.

Atendidas estas definições, a infraestrutura da Companhia é segregada e movimentada como ativo contratual, desde a data de sua construção até a completa finalização das obras e melhorias, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que, quando em operação, sejam reclassificados nas

demonstrações financeiras de ativo contratual para as rubricas de (i) ativo intangível, correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos e (ii) ativo financeiro correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização), mediante reversão dos ativos ao término da concessão.

O valor do ativo financeiro da concessão é determinado com base em seu valor justo, apurado através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no valor justo, tomando por base principalmente os fatores como valor novo de reposição e atualização pelo IPCA. O ativo financeiro enquadra-se na categoria valor justo por meio do resultado, e as mudanças nos valores justos têm como contrapartida a conta de receita operacional (notas 4 e 25).

O montante remanescente é registrado no ativo intangível e corresponde ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços de distribuição de energia elétrica, sendo sua amortização realizada de acordo com o padrão de consumo que reflita o benefício econômico esperado até o término da concessão.

A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, tendo como contrapartida um ativo financeiro, correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais são classificados como ativo intangível, que serão amortizados pelo prazo da concessão, de acordo com o padrão econômico que contraponha a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica.

Em função (i) do modelo tarifário que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, (ii) da forma como a Companhia gerencia as construções, através do alto grau de terceirização, e (iii) de não existir qualquer previsão de ganhos em construções nos planos de negócio da Companhia, a Administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes, e portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes.

3.3 Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.
--	---

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (nota 32). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

- Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- i. Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes.
- ii. Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Para as dívidas contratadas a partir do primeiro trimestre de 2020, devido à características na época das contratações, a Companhia reconheceu os ganhos ou as perdas decorrentes dos empréstimos em moeda estrangeira mensurados a valor justo no resultado (nota 16).

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 32.

- Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.4 Intangível e Ativo contratual

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como, direito de exploração de concessões, *softwares* e servidão de passagem.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões é originado dos investimentos na infraestrutura (aplicação do ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão) em serviço em função do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica firmado pela Companhia, o ativo intangível registrado corresponde ao direito que a Companhia possui de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida

útil definida é amortizado pelo prazo de concessão de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Para mais informações vide nota 3.2.

Os bens e instalações utilizados nas atividades de distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 03 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa (“REN”) nº 691 de 08 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aplicação dos recursos na aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

A partir de 1º de janeiro de 2018, os ativos de infraestrutura da concessão em curso da Companhia foram classificados como ativos de contrato durante o período de construção ou de melhoria de acordo com os critérios do CPC 47.

3.5 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

- Ativos financeiros

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis, tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de consumidores, concessionárias e permissionárias que está aderente com a CPC 48 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual da probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda (“PD” - *Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento (“EAD” - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência (“LGD” - *Loss Given Default*).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou,
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas à consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

- Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: intangível de concessão e outros intangíveis) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Em período subsequente, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.6 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.7 Benefícios a empregados

A Companhia possui benefícios pós-emprego e planos de pensão sendo considerada Patrocinadora deste plano. Apesar dos planos possuírem particularidades, têm as seguintes características:

- Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.
- Plano de Benefício Definido: a obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Administração, através do método da unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes, conforme ocorrem. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

3.8 Dividendo e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei nº 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete a Assembleia Geral a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários, apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação da Assembleia Geral.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

3.9 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseada em uma rotina de leitura (calendarização e rota de leitura) e fatura mensalmente o consumo de MWh baseada nas leituras realizadas para cada consumidor individual. Como resultado, uma parte da energia distribuída ao longo do mês não é faturada ao final de cada mês, e, conseqüentemente uma estimativa é desenvolvida pela Administração e registrada como “Não Faturado”. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia da Companhia disponibilizada no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes.

As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo:

- (a) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho;
- (b) o desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado;
- (c) o desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento da Companhia.

3.10 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A Companhia registrou em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social. A Companhia registrou, também, créditos fiscais referentes ao benefício do intangível incorporado, os quais estão sendo amortizados linearmente pelo prazo remanescente do contrato de concessão.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório anual e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.11 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível ao acionista controlador e a média ponderada das ações no respectivo exercício.

3.12 Subvenção governamental - CDE

As subvenções governamentais somente são reconhecidas quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos pela Companhia. São registradas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda, outros descontos tarifários, bem como os subsídios referente os valores recebidos para compensar a Companhia por despesas incorridas (Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares - nota 25.3).

As subvenções recebidas referentes à compensação de descontos concedidos têm a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato nos termos do CPC 07.

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são registradas em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são incorridas, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. Nesse caso, a subvenção é reconhecida quando se torna recebível.

3.13 Ativo e passivo financeiro setorial

Conforme modelo tarifário, as tarifas de energia elétrica da Companhia devem considerar uma receita capaz de garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, estando a Companhia autorizada a cobrar de seus consumidores (após revisão e homologação pela ANEEL): (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada cinco anos, de acordo com cada concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B (custos gerenciáveis), e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis).

A receita da Companhia é, basicamente, composta pela venda da energia elétrica e pela entrega (transporte) da mesma através do uso da infraestrutura (rede) de distribuição. A receita da Companhia é afetada pelo volume de energia entregue e pela tarifa. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita:

- Parcela A (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da entidade, ou seja, os custos incorridos pela Companhia, classificável como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e
- Parcela B (custos gerenciáveis): composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte.

Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

3.14 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas e emendas às normas e interpretações dos CPCs foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alterações de aluguel relacionadas à COVID-19 (alterações ao CPC 06); e
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26).

Com base em avaliação preliminar, a Administração acredita que a aplicação dessas alterações não terá um efeito relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

- Intangível e ativo contratual

O valor justo dos itens do ativo intangível e do ativo contratual é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A.– Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 32) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao

final do seu prazo de concessão são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada cinco anos consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador ANEEL. Esta base de avaliação também é utilizada para estabelecer a tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar o valor original até o próximo processo de revisão tarifária.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldos bancários	86.758	139.218
Aplicações financeiras	<u>851.617</u>	<u>553.119</u>
Títulos de crédito privado (a)	827.104	553.119
Operações compromissadas (b)	24.513	-
Total	<u><u>938.375</u></u>	<u><u>692.337</u></u>

(a) Corresponde a operações de curto prazo em CDB's no montante de R\$ 827.104 (R\$ 553.119 em 31 de dezembro de 2019) realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 101,63% do CDI.

(b) Representa valores aplicados em operações compromissadas em debêntures e remuneração equivalente, na média de 80,73% do CDI, possuem liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito.

(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Aplicação direta	<u>705.878</u>	<u>300.315</u>
Total	<u><u>705.878</u></u>	<u><u>300.315</u></u>

Representa valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira do Tesouro ("LFT"), através de cotas de fundos de investimentos, cuja remuneração é equivalente, à média de 100% da SELIC.

(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/12/2020	31/12/2019
Circulante					
Classes de consumidores					
Residencial	435.986	310.948	41.949	788.882	746.752
Industrial	30.282	24.555	48.614	103.451	163.247
Comercial	87.407	40.040	10.821	138.268	203.447
Rural	32.180	10.612	2.421	45.213	45.376
Poder público	26.626	5.385	485	32.496	53.963
Iluminação pública	38.768	3.215	1.508	43.491	40.970
Serviço público	25.497	24.012	10.570	60.079	73.287
Faturado	676.745	418.767	116.367	1.211.879	1.327.042
Não faturado	731.886	-	-	731.886	586.273
Parcelamento de débito de consumidores	119.010	20.367	14.745	154.122	125.792
Operações realizadas na CCEE	90.849	-	-	90.849	139.036
Concessionárias e permissionárias	6.796	-	-	6.796	6.787
Outros	-	-	-	-	35
	1.625.287	439.133	131.113	2.195.533	2.184.965
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(155.820)	(146.012)
Total				2.039.712	2.038.951
Não circulante					
Parcelamento de débito de consumidores	62.698	-	-	62.698	38.454
Operações realizadas na CCEE	5.003	-	-	5.003	5.003
Total	67.701	-	-	67.701	43.458

Parcelamento de débitos de consumidores – Refere-se à negociação de créditos vencidos junto a consumidores das classes residencial, comercial, industrial, rural e poder público. As regras de parcelamento seguem as políticas internas da Companhia.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PDD”)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 32 (e).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 12)	Total
Saldo em 31/12/2018	(132.297)	(7.988)	(140.286)
Provisão revertida (constituída) líquida	(189.443)	(168)	(189.611)
Recuperação de receita	107.191	-	107.191
Baixa de contas a receber provisionadas	68.537	-	68.537
Saldo em 31/12/2019	(146.012)	(8.156)	(154.168)
Provisão revertida (constituída) líquida	(182.079)	(67)	(182.146)
Recuperação de receita	87.187	-	87.187
Baixa de contas a receber provisionadas	85.084	-	85.084
Saldo em 31/12/2020	(155.820)	(8.223)	(164.044)

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 32 (e).

(8) TRIBUTOS A COMPENSAR

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	667	1.346
Imposto de renda e contribuição social a compensar	667	1.346
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	9.675	6.399
ICMS a compensar	52.227	49.132
Programa de integração social - PIS	433	875
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.997	4.037
Outros	119	158
Outros tributos a compensar	64.451	60.601
Total circulante	65.118	61.947
<u>Não circulante</u>		
Contribuição social a compensar - CSLL	-	64.903
Imposto de renda e contribuição social a compensar	-	64.903
ICMS a compensar	74.098	64.132
Outros tributos a compensar	74.098	64.132
Total não circulante	74.098	129.035

Imposto de renda retido na fonte – IRRF - Refere-se principalmente a IRRF sobre aplicações financeiras.

Contribuição social a compensar - CSLL - No não circulante, refere-se basicamente à decisão favorável em ação judicial movida pela Companhia, transitada em julgado. Os valores foram compensados no ano de 2020 não havendo mais saldo a recuperar deste processo.

ICMS a compensar – Refere-se principalmente a crédito constituído de aquisição de bens que resultam no reconhecimento de ativos intangíveis e ativos financeiros.

(9) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do exercício do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2019			Receita operacional (nota 25)		Resultado financeiro (nota 28)	Saldo em 31/12/2020			
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária	Recebimento Conta COVID	Diferido	Homologado	Total
Parcela "A"	623.225	185.489	808.716	786.798	(508.831)	14.797	(676.522)	273.602	151.356	424.958
CVA (*)										
CDE (**)	50.813	30.932	81.745	52.948	(115.970)	3.338	15.531	(35)	37.628	37.593
Custos energia elétrica	317.549	60.074	377.624	(370.071)	(156.415)	5.861	190.315	(1.805)	49.118	47.313
ESS e EER (***)	(211.236)	(101.417)	(312.653)	(76.590)	250.579	(6.989)	178.281	100.921	(68.293)	32.627
Proinfa	881	3.351	4.232	(13.958)	5.338	(234)	247	(756)	(3.618)	(4.375)
Rede básica	93.365	9.215	102.580	225.769	(87.195)	2.801	(61.800)	152.547	29.608	182.155
Repasso de Itaipu	433.484	172.449	605.934	732.675	(474.536)	12.748	(520.928)	217.936	137.956	355.892
Transporte de Itaipu	15.640	5.344	20.983	28.503	(17.436)	494	(7.261)	19.858	5.426	25.284
Neutralidade dos encargos setoriais	(3.370)	(19.708)	(23.078)	26.095	18.554	(520)	(106.717)	(86.120)	455	(85.665)
Sobrecontratação	(73.901)	25.249	(48.651)	181.429	68.248	(2.703)	(364.189)	(128.944)	(36.923)	(165.867)
Outros componentes financeiros	(160.992)	7.995	(152.996)	66.687	(7.527)	(4.607)	(153.655)	(251.914)	(185)	(252.099)
Total	462.233	193.484	655.719	853.485	(516.359)	10.190	(830.176)	21.688	151.171	172.859
Ativo circulante			652.971							342.557
Ativo não circulante			2.748							-
Passivo não circulante			-							(169.698)

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(**) Conta de desenvolvimento energético

(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

Recebimento Conta COVID: A Companhia recebeu da conta Covid o montante de R\$ 830.176 correspondente ao valor líquido entre ativos e passivos financeiros setoriais, relativos às competências de abril a setembro de 2020. Esse recebimento representa o montante declarado e homologado pela ANEEL.

CVA: Referem-se às contas de variação da Parcela A, conforme nota 3.13. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

Neutralidade dos encargos setoriais: Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais constantes das tarifas de energia elétrica, apurando as diferenças mensais entre a receita relativa a esses encargos e os respectivos valores contemplados no momento da constituição da tarifa das distribuidoras.

Sobrecontratação: As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório, e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

Outros componentes financeiros: Refere-se principalmente à: (i) ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, que será amortizado quando da homologação do 5º ciclo de revisão tarifária periódica; (ii) Postergação do processo tarifário de 08 de Abril de 2020 em decorrência das medidas de enfrentamento da Pandemia Covid-19 e (iii) garantias financeiras nas contratações de energia.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(10) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

10.1 - Composição dos créditos fiscais:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>Crédito de contribuição social</u>		
Benefício fiscal do intangível incorporado	31.994	36.620
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	50.427	73.381
Subtotal	82.421	110.002
<u>Crédito de imposto de renda</u>		
Benefício fiscal do intangível incorporado	88.873	101.723
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	140.074	203.840
Subtotal	228.947	305.562
Total	311.368	415.565

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis e benefício fiscal do intangível incorporado, está baseada nas projeções de resultados futuros.

10.2 - Benefício fiscal do intangível incorporado:

Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. Nos exercícios de 2020 e 2019, a taxa anual de amortização aplicada foi de 3,0%.

10.3 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	31/12/2020		31/12/2019	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	13.541	37.615	16.198	44.995
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	14.764	41.011	13.875	38.542
Provisão energia livre	7.376	20.490	7.206	20.017
Programas de P&D e eficiência energética	13.108	36.410	17.564	48.788
Provisão relacionada a pessoal	2.435	6.764	2.139	5.941
Marcação a Mercado- Derivativos	(3.442)	(9.561)	(1.114)	(3.095)
Marcação a Mercado- Dívidas	(659)	(1.831)	1.545	4.291
Derivativos	(55.399)	(153.886)	(9.608)	(26.689)
Registro da concessão - ajuste do intangível	(1.766)	(4.906)	(2.021)	(5.615)
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	(90.884)	(252.456)	(76.992)	(213.865)
Perdas atuariais	21.612	60.035	21.612	60.035
Outros	826	2.294	(2.644)	(7.346)
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado				
Perdas atuariais	130.760	363.222	87.609	243.358
Marcação a Mercado- Derivativos	913	2.536	(10)	(27)
Marcação a Mercado- Dívidas	(2.759)	(7.663)	(1.976)	(5.490)
Total	50.427	140.074	73.381	203.840

10.4 – Expectativa do período de recuperação

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis e benefício fiscal do intangível incorporado está baseada no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido. Sua composição é como segue:

Expectativa de recuperação

2022	76.595
2023	64.276
2024	50.343
2025	33.837
2026 a 2027	668.080
Total	893.131

10.5 - Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2020 e 2019:

	2020		2019	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	1.448.410	1.448.410	1.227.851	1.227.851
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Realização correção monetária complementar	1.088	-	1.207	-
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(7.106)	(7.106)	(4.763)	(4.763)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	66.800	66.800	73.428	73.428
Juros sobre o capital próprio	(103.707)	(103.707)	(136.386)	(136.386)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	6.085	(6.795)	7.823	(20.039)
Base de cálculo	1.411.570	1.397.602	1.169.160	1.140.091
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Total	(127.041)	(349.400)	(105.224)	(285.023)
Corrente	(56.168)	(152.532)	(91.018)	(245.563)
Diferido	(70.873)	(196.868)	(14.206)	(39.460)

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

Realização correção monetária complementar - Refere-se à depreciação da parcela de custo incremental da correção monetária complementar instituída pela Lei nº 8.200/1990, não dedutível para fins de apuração da contribuição social.

A despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no resultado do exercício de R\$ 267.742 (R\$ 53.666 em 2019) referem-se a (i) benefício fiscal do intangível incorporado R\$ 17.475 (R\$ 17.475 em 2019); (ii) diferenças temporárias R\$ 250.267 (R\$ 36.191 em 2019).

10.6 Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) nos exercícios de 2020 e 2019 foram os seguintes:

	2020		2019	
	CSSL	IRPJ	CSSL	IRPJ
Perdas (ganhos) atuariais	524.157	524.157	753.744	753.744
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo	(82.106)	(82.106)	74.849	74.849
Base de cálculo	442.051	442.051	828.593	828.593
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados	(39.785)	(110.513)	(74.573)	(207.148)
Limitação na constituição (reversão) de créditos fiscais constituídos	(3.366)	(9.351)	16.714	46.429
Tributos em outros resultados abrangentes sobre perdas atuariais	(43.151)	(119.864)	(57.859)	(160.719)
Risco de crédito de marcação a mercado de passivos financeiros	1.558	1.558	(826)	(826)
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados sobre o risco de crédito	(140)	(390)	74	207
Total de tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes	(43.291)	(120.254)	(57.785)	(160.512)

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(11) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Saldo em 31/12/2018	3.026.780
Transferência - ativo contratual	403.916
Transferência - intangível em serviço	115
Ajuste ao valor justo	103.040
Baixas	(12.683)
Saldo em 31/12/2019	3.521.168
Transferência - ativo contratual	499.795
Transferência - intangível em serviço	(1.440)
Ajuste ao valor justo	163.504
Baixas	(23.254)
Saldo em 31/12/2020	4.159.774

O saldo refere-se ao ativo financeiro, correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização, no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão, mensurados a valores justos.

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente, a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (valor novo de reposição “VNR” – nota 4), é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 25) no resultado do exercício.

Em 2020, o valor de baixas de R\$ 23.254 (R\$ 12.683 em 2019) refere-se a baixa da atualização relacionada ao ativo de R\$ 9.142 (R\$ 6.102 em 2019) e a baixa do ativo de R\$ 14.112 (R\$ 6.581 em 2019).

(12) OUTROS ATIVOS

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamentos - plano de previdência privada	3.256	7.110	5.751	5.751
Cauções, fundos e depósitos vinculados	54	-	794	775
Ordens em curso	146.508	44.884	-	-
Bens destinados a alienação	-	-	573	573
Serviços prestados a terceiros	6.956	11.602	-	-
Despesas antecipadas	29.308	24.846	1.224	1.565
Contas a receber - CDE	57.373	59.163	-	-
Adiantamentos a funcionários	6.547	5.605	-	-
Arrendamentos e aluguéis	21.633	14.399	-	-
Outros	29.738	23.365	1.445	1.361
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	(8.223)	(8.156)	-	-
Total	293.149	182.818	9.787	10.025

Ordens em curso – Compreende a custos e receitas relacionados à desativação ou alienação, em andamento, de bens do ativo intangível e os custos dos serviços relacionados a gastos com os projetos em andamento dos Programas de Eficiência Energética (“PEE”) e Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”). Quando do encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao respectivo passivo registrado em outras contas a pagar (nota 22).

Despesas antecipadas - Refere-se a antecipação de despesas com licença *software*, IPTU, PROINFA e quota CDE.

Contas a receber – CDE – Refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 12.456 (R\$ 7.395 em 31 de dezembro de 2019), (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 44.917 (R\$ 51.760 em 31 de dezembro de 2019) e (iii) descontos tarifários - liminares no montante de R\$ 8 em 31 de dezembro de 2019) (nota 25.3).

(13) ATIVO CONTRATUAL

Saldo em 31/12/2018	430.279
Adições	749.986
Transferência - Intangível em serviço	(343.348)
Transferência - Ativo financeiro	(403.916)
Saldo em 31/12/2019	433.001
Adições	897.479
Transferência - Intangível em serviço	(243.579)
Transferência - Ativo financeiro	(499.795)
Saldo em 31/12/2020	587.106

Referem-se aos ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(14) INTANGÍVEL

	Direito de concessão		Total
	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Outros ativos intangíveis	
Saldo em 31/12/2018	1.822.144	1.763	1.823.907
Custo histórico	5.563.906	8.061	5.571.967
Amortização acumulada	(3.741.762)	(6.298)	(3.748.060)
Amortização	(277.309)	(344)	(277.653)
Transferência - ativo contratual	343.348	-	343.348
Transferência - ativo financeiro	(115)	-	(115)
Baixa e transferência - outros ativos	(9.543)	-	(9.543)
Saldo em 31/12/2019	1.878.525	1.419	1.879.943
Custo histórico	5.810.955	8.061	5.819.016
Amortização acumulada	(3.932.430)	(6.642)	(3.939.072)
Amortização	(294.357)	(1.295)	(295.652)
Transferência - ativo contratual	242.085	1.494	243.579
Transferência - ativo financeiro	1.440	-	1.440
Baixa e transferência - outros ativos	(22.053)	-	(22.053)
Saldo em 31/12/2020	1.805.639	1.618	1.807.257
Custo histórico	5.865.713	9.555	5.875.268
Amortização acumulada	(4.060.074)	(7.937)	(4.068.011)

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de “amortização”.

Em conformidade com o CPC 20 (R1), os juros referentes aos empréstimos tomados pela Companhia para o financiamento das obras são capitalizados durante a fase de construção, para os ativos qualificáveis. No exercício de 2020 foram capitalizados R\$ 12.100 (R\$ 9.952 em 2019), ambos a uma taxa média de 8,09% a.a (nota 28).

Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros.

O resultado de tal avaliação para todos os exercícios apresentados não apontou indicativos de redução no valor recuperável destes ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(15) FORNECEDORES

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>Circulante</u>		
Encargos de serviço do sistema	121.821	954
Suprimento de energia elétrica	1.030.419	927.087
Encargos de uso da rede elétrica	151.289	107.958
Materiais e serviços	202.908	246.351
Energia livre	121.226	117.973
Total	<u>1.627.663</u>	<u>1.400.323</u>
<u>Não circulante</u>		
Materiais e serviços	7.328	-
Total	<u>7.328</u>	<u>-</u>

(16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Saldo em</u> 31/12/2019	<u>Captação</u>	<u>Amortização</u> principal	<u>Encargos,</u> <u>atualização</u> <u>monetária e</u> <u>marcação a</u> <u>mercado</u>	<u>Atualização</u> cambial	<u>Encargos</u> pagos	<u>Saldo em</u> 31/12/2020
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
Pré Fixado	113.249	-	(113.095)	1.919	-	(2.073)	-
Pós Fixado							
TJLP	29.002	-	(28.910)	1.051	-	(1.143)	-
IPCA	518.705	481.000	(54.047)	67.005	-	(34.275)	978.388
Selic	19.521	-	(19.836)	588	-	(273)	-
Outros	1.385	-	(1.385)	39	-	(39)	-
Total ao custo	<u>681.862</u>	<u>481.000</u>	<u>(217.274)</u>	<u>70.601</u>	<u>-</u>	<u>(37.801)</u>	<u>978.388</u>
Gastos com captação (*)	<u>(12.279)</u>	<u>(6.597)</u>	<u>-</u>	<u>3.101</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(15.775)</u>
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	1.583.826	645.572	(1.201.918)	61.367	584.816	(61.388)	1.612.275
Euro	189.598	1.100.880	-	6.846	256.346	(6.250)	1.547.419
Marcação a mercado	(4.795)	-	-	(33.182)	-	-	(37.977)
Total ao valor justo	<u>1.768.629</u>	<u>1.746.452</u>	<u>(1.201.918)</u>	<u>35.030</u>	<u>841.162</u>	<u>(67.638)</u>	<u>3.121.717</u>
Total	<u>2.438.212</u>	<u>2.220.855</u>	<u>(1.419.192)</u>	<u>108.732</u>	<u>841.162</u>	<u>(105.440)</u>	<u>4.084.330</u>
Circulante	1.032.936						149.589
Não circulante	1.405.276						3.934.741

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Modalidade	Saldo em 31/12/2018	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2019
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
Pré Fixado	163.238	-	(49.931)	4.638	-	(4.697)	113.249
Pós Fixado							
TJLP	92.622	-	(63.668)	5.212	-	(5.164)	29.002
IPCA	405.059	100.000	-	34.989	-	(21.342)	518.705
Selic	26.597	-	(8.431)	1.961	-	(607)	19.521
CDI	-	351.000	(351.000)	21.360	-	(21.360)	-
IGPM	-	-	-	-	-	-	-
Cesta de moedas	-	-	-	-	-	-	-
Outros	1.895	-	(501)	98	-	(108)	1.385
Total ao custo	689.412	451.000	(473.531)	68.258	-	(53.278)	681.862
Gastos com captação (*)	(12.487)	(2.228)	-	2.436	-	-	(12.279)
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	1.183.614	627.814	(254.662)	40.883	25.926	(39.749)	1.583.826
Euro	186.378	-	-	1.517	3.214	(1.510)	189.598
Marcação a mercado	(25.048)	-	-	20.253	-	-	(4.795)
Total ao valor justo	1.344.944	627.814	(254.662)	62.653	29.140	(41.259)	1.768.629
Total	2.021.868	1.076.586	(728.193)	133.347	29.140	(94.537)	2.438.212
Circulante	372.081						1.032.936
Não circulante	1.649.787						1.405.276

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais		31/12/2020	31/12/2019	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo						
Moeda nacional						
Pré Fixado						
FINEM	Pré fixado de 2,5% a 6%	(a)	-	113.249	2013 a 2024	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
			-	113.249		
Pós Fixado						
TJLP						
FINEM	TJLP + de 2,12% a 3,08%	(b)	-	29.002	2014 a 2022	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
			-	29.002		
IPCA						
FINEM	IPCA + 4,27% a 4,74%	(b)	978.388	518.705	2020 a 2027	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
			978.388	518.705		
SELIC						
FINEM	SELIC + 2,62%	(c)	-	19.521	2016 a 2022	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
			-	19.521		
Outros						
Outros	RGR 6%		-	1.385	2013 a 2022	Recebíveis e notas promissórias
Total moeda nacional			978.388	681.862		
Gastos com captação (*)			(15.775)	(12.279)		
Mensuradas ao valor justo						
Moeda estrangeira						
Dólar						
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + Libor 3 meses + de 0,88% e 0,99%		375.993	363.879	2019 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + 1,96% a 3,66%		1.236.282	1.219.947	2020 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
			1.612.275	1.583.826		
Euro						
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	Euro + 0,43% a 0,79%		1.547.419	189.598	2022 a 2023	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Marcação a mercado			(37.977)	(4.795)		
Total moeda estrangeira			3.121.717	1.768.629		
Total			4.084.330	2.438.212		

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os empréstimos bancários em moeda estrangeira possuem swap convertendo variação cambial para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 32.

Taxa efetiva a.a.:

(a) De 30% a 70% do CDI

(b) De 60% a 110% do CDI

(c) De 100% a 130% do CDI

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia em consonância com o CPC 48 classificou suas dívidas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito, que a depender das características das dívidas na época das contratações, pode ser registrada em outros resultados abrangentes ou no resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2020 os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 37.977 (ganho de R\$ 4.795 em 31 de dezembro de 2019) que somados aos ganhos não realizados obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 28.099 (ganhos de R\$ 12.487 em 31 de dezembro de 2019), contratados para proteção da variação cambial (nota 32), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 66.076 (R\$ 17.282 em 31 de dezembro de 2019).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

2022	728.914
2023	1.926.191
2024	272.627
2025	513.234
2026	100.383
2027	430.854
Subtotal	3.972.203
Marcação a mercado	(37.462)
Total	3.934.741

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, já considerando os efeitos dos instrumentos derivativos estão abaixo demonstrados:

Indexador	Variação acumulada %		% da dívida	
	2020	2019	31/12/2020	31/12/2019
TJLP	4,87	6,30	-	1,19
IPCA	4,52	4,20	23,57	21,27
CDI	2,78	5,97	76,43	72,54
Outros			-	5,00
			100,00	100,00

Adições no exercício:

Modalidade Empresa	Total aprovado	Montantes liberados		Pagamento de juro	Amortização de Principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativos
		em 2020	Líquido dos gastos de captação						
Moeda nacional									
IPCA - BNDES									
BNDES Direto	312.596	114.297	112.724	Trimestral até 07/2023	Mensal após 07/2023	Investimento	IPCA + 4,27%	IPCA + 4,34%	
BNDES Direto	1.002.912	366.703	361.679	Trimestral	Parcela única em junho de 2027	Investimento	IPCA + 4,27%	IPCA + 4,34%	
Moeda Estrangeira									
Dólar									
Lei 4131	196.567	196.567	196.567	Trimestral	Parcela única em fevereiro de 2025	Capital de Giro	USD + 2,40%	USD + 2,40%	CDI + 0,89%
Lei 4131	174.960	174.960	174.960	Trimestral	Anual a partir de fevereiro de 2023	Capital de Giro	USD + 2,39%	USD + 2,39%	CDI + 0,85%
Lei 4131	274.046	274.046	274.046	Trimestral	Anual a partir de fevereiro de 2023	Capital de Giro	USD + Libor 3M + 0,99%	USD + Libor 3M + 0,99%	CDI + 0,80%
Euro									
Lei 4131	534.880	534.880	534.880	Trimestral	Parcela única em fevereiro de 2023	Capital de Giro	EUR + 0,43%	EUR + 0,43%	CDI + 0,58%
Lei 4131	566.000	566.000	566.000	Trimestral	Parcela única em março de 2023	Capital de Giro	EUR + 0,57%	EUR + 0,57%	CDI + 1,10%
	<u>3.061.959</u>	<u>2.227.452</u>	<u>2.220.855</u>						

Pré-pagamento:

Em 2020, foram liquidados antecipadamente R\$ 126.530 de empréstimos cujos vencimentos originais eram até dezembro de 2024.

Condições restritivas

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Algumas cláusulas contratuais estão vinculadas à índices financeiros da controladora CPFL Energia S.A.. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2020.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras da Companhia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual 3,75; e
- Dívida Líquida dividida pela (Dívida Líquida + PL) menor ou igual 0,9 vezes.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia S.A.

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual 3,75; e,
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25

A definição de EBITDA na controladora CPFL Energia S.A., para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária detida direta ou indiretamente (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2020.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(17) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2019	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2020
Mensuradas ao custo				
Pós fixado				
CDI	1.385.843	40.681	(44.096)	1.382.428
IPCA	770.706	69.404	(35.311)	804.799
Total ao custo	2.156.549	110.085	(79.407)	2.187.227
Gastos com captação (*)	(12.566)	1.750	-	(10.816)
Total	2.143.984	111.835	(79.407)	2.176.411
Circulante	16.081			13.119
Não circulante	2.127.903			2.163.292

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Modalidade	Saldo em 31/12/2018	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2019
Mensuradas ao custo						
Pós fixado						
CDI	1.505.564	1.380.000	(1.458.750)	88.430	(129.401)	1.385.843
IPCA	742.361	-	-	62.426	(34.081)	770.706
Total ao custo	2.247.926	1.380.000	(1.458.750)	150.856	(163.482)	2.156.549
Gastos com captação (*)	(13.950)	(1.402)	-	2.786	-	(12.566)
Total	2.233.976	1.378.598	(1.458.750)	153.642	(163.482)	2.143.984
Circulante	82.310					16.081
Não circulante	2.151.666					2.127.903

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais		31/12/2020	31/12/2019	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo						
Pós fixado						
CDI	107% do CDI	(a)	1.382.428	1.385.843	2023 a 2024	Fiança da CPFL Energia
IPCA	IPCA + de 4,42% a 5,05%	(b)	804.799	770.706	2022 a 2025	Fiança da CPFL Energia
	Total		2.187.227	2.156.549		
	Gastos com captação (*)		(10.816)	(12.566)		
Total			2.176.411	2.143.984		

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Taxa efetiva a.a.:

(a) 107,84% do CDI

(b) IPCA + 4,84% a 5,30%

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

2023	1.130.672
2024	890.020
2025	47.777
2026	47.870
2027	46.953
Total	2.163.292

Condições restritivas:

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras da sua controladora CPFL Energia.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2020.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2020.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(18) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados conforme abaixo:

18.1 – Características:

Atualmente vigora, para os funcionários através da Vivest um Plano de Benefício Misto, com as seguintes características:

- a) Plano de Benefício Definido (“BD”) - vigente até 31 de outubro de 1997 - plano de benefício salgado que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (“BSPS”), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos em data anterior a 31 de outubro de 1997, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia.
- b) Adoção de um modelo misto, a partir de 1º de novembro de 1997, que contempla:
 - Os benefícios de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido, em que a responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia, e
 - As aposentadorias programáveis, no conceito de contribuição variável, que consiste em um plano previdenciário que, até a concessão da renda é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a Companhia.

Adicionalmente, para os gestores da Companhia há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (contribuição definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

18.2 – Movimentações dos planos de benefício definido:

	31/12/2020	31/12/2019
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	7.138.641	6.164.035
Valor justo dos ativos do plano	(4.980.047)	(4.517.265)
Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquidos	2.158.595	1.646.770
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo (<i>asset ceiling</i>)	-	74.849
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	2.158.595	1.721.619

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos e passivos do plano são como segue:

	Passivo	Ativo
Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2018	5.123.238	(4.215.433)
Custo do serviço corrente bruto	925	-
Rendimento esperado no exercício	-	(372.121)
Juros sobre obrigação atuarial	449.173	-
Contribuições de participantes vertidas no exercício	-	(92.756)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	-	(280.404)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	(2.900)	-
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	1.037.048	-
Benefícios pagos no exercício	(443.449)	443.449
Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2019	6.164.035	(4.517.265)
Custo do serviço corrente bruto	1.344	-
Rendimento esperado no exercício	-	(343.869)
Juros sobre obrigação atuarial	457.841	-
Contribuições de patrocinadoras	-	(127.649)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	-	(460.651)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	(246)	-
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	985.054	-
Benefícios pagos no exercício	(469.387)	469.387
Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2020	7.138.641	(4.980.047)

18.3 - Movimentações dos passivos registrados:

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Passivo atuarial líquido no início do ano	1.721.619	907.805
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	122.574	77.977
Contribuições da patrocinadora vertidas no exercício	(127.649)	(92.756)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(460.651)	(280.404)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	(246)	(2.900)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	985.054	1.037.048
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo	(82.106)	74.849
Passivo atuarial líquido no final do ano	2.158.595	1.721.618
Outras contribuições	8.027	11.890
Total passivo	<u>2.166.622</u>	<u>1.733.508</u>
Circulante	154.688	191.234
Não circulante	2.011.934	1.542.274

18.4 - Contribuições e benefícios esperados:

As contribuições esperadas ao plano para o exercício de 2021 são apresentadas no montante de R\$ 214.273.

Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

<u>Ano de pagamento</u>	
2021	542.063
2022	555.131
2023	567.202
2024	578.553
2025 a 2030	<u>3.649.364</u>
Total	<u>5.892.313</u>

Em 31 de dezembro de 2020, a duração média da obrigação do benefício definido foi de 9,7 anos.

18.5 – Receitas e despesas com entidade de previdência privada:

Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração da Companhia apresenta a estimativa atuarial para as despesas e/ou receitas a serem reconhecidas no exercício de 2021 e as despesas e/ou receitas reconhecidas em 2020 e 2019, são como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
	<u>Estimadas</u>	<u>Realizadas</u>	<u>Realizadas</u>
Custo do serviço	1.676	1.344	925
Juros sobre obrigações atuariais	530.180	457.841	449.173
Rendimento esperado dos ativos do plano	(371.807)	(343.869)	(372.121)
Efeito do limite do ativo a ser registrado	-	7.258	-
Total da despesa (receita)	<u>160.049</u>	<u>122.574</u>	<u>77.977</u>

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	7,72% a.a.	7,43% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	7,72% a.a.	7,43% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	5,31% a.a.	5,56% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	3,75% a.a.	4,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para as taxas nominais acima):	3,75% a.a.	4,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca (-30)	Light fraca (-30)
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2012	ExpR_2012
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres

18.6 - Ativos do plano:

As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, administrados pela Vivest. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2021, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2020.

A composição dos ativos administrados pelo plano é como segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Renda fixa	77%	75%
Títulos públicos federais	65%	61%
Títulos privados (instituições financeiras)	1%	1%
Fundos de investimento multimercado	2%	4%
Outros investimentos de renda fixa	9%	9%
Renda variável	18%	17%
Fundos de investimento em ações	18%	17%
Investimentos estruturados	1%	4%
Fundos de investimento multimercado	1%	4%
Cotados em mercado ativo	96%	96%
Imóveis	2%	3%
Operações com participantes	1%	1%
Outros ativos	1%	-
Depósitos judiciais e outros	1%	-
Não cotados em mercado ativo	4%	4%

Não há propriedades ocupadas pela Companhia entre os ativos do plano.

	<u>Meta 2021</u>
Renda fixa	77,6%
Renda variável	18,6%
Imóveis	2,3%
Empréstimos e financiamentos	1,5%
	100,0%

A meta de alocação para 2021 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da Vivest efetuada ao final de 2020 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do

ano de 2021, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores.

A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para a Vivest determinar a alocação de recursos e com isso atingir os objetivos de gestão de investimentos são o Estudo de Asset Liability Management – ALM (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano, levando em consideração além do risco histórico dos ativos, a projeção de rentabilidade dos mesmos e o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) do plano previdenciário administrado pela Vivest.

O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos (isto é, a alocação de médio e longo prazos), que compreende as participações alvo nos segmentos nas classes de ativo de interesse, a partir da identificação de portfólios eficientes. O exercício matemático considera as projeções de risco e retorno juntamente com as particularidades do plano, tal como a existência de passivos (seu fluxo e sua *duration*) e as necessidades de retorno, de sustentabilidade e de liquidez do plano. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nos diferentes segmentos nas diferentes classes de ativos, definidos na Política de Investimentos dos planos, o que também serve como mecanismo de controle de risco.

O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial do plano e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos mesmos.

Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos do plano previdenciário para horizontes de curto e longo prazos, bem como auxiliam na análise da liquidez dos mesmos, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais do plano de benefício.

18.7 - Análise de sensibilidade:

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação do benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33.

- Se a taxa de desconto nominal fosse 0,25 pontos percentuais mais baixa (alta), a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 175.424 (redução de R\$ 168.192).
- Se a tábua biométrica de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria uma redução de R\$ 192.339 (aumento de R\$ 191.241).

A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 7,72% a.a.. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 7,47% a.a. e 7,97% a.a..

As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.

18.8 - Risco de investimento:

O plano de benefício da Companhia possui a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC, que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos.

O plano de benefício da Companhia têm sua gestão monitorada pelo Comitê Gestor de Investimentos e Previdência da Companhia, inclui representantes de empregados ativos e aposentados além de membros indicados pela Companhia. Dentre as tarefas do referido Comitê, está a análise e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da Vivest o que ocorre ao menos trimestralmente.

A Vivest utiliza, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: Valor em Risco ("VaR"), *Tracking Risk*, *Tracking Error* e Teste de Perda em Cenário de Estresse ("*Stress Test*").

A Política de Investimentos da Vivest determina restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelece a estratégia do plano, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(19) TAXAS REGULAMENTARES

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	1.115	1.027
Conta de desenvolvimento energético - CDE	1.318	-
Bandeiras tarifárias e outros	39.043	102.000
Total	<u>41.476</u>	<u>103.027</u>

Bandeiras tarifárias e outros – O saldo de 31 de dezembro de 2020 refere-se basicamente a bandeira tarifária (vermelha patamar 2) faturada em dezembro de 2020 e ainda não homologada. O saldo de 31 de dezembro de 2019 refere-se basicamente a bandeira tarifária faturada em novembro (vermelha patamar 1) e dezembro (amarela) de 2019 que foram homologadas pela Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias ("CCRBT") no primeiro trimestre de 2020.

(20) OUTROS IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	-	2.503
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	5.157	5.213
Imposto de renda e contribuição social a recolher	<u>5.157</u>	<u>7.716</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	305.905	207.390
Programa de integração social - PIS	12.352	11.856
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	57.227	54.902
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	15.556	20.458
Outros	15.063	14.906
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	<u>406.104</u>	<u>309.512</u>
Total	<u>411.261</u>	<u>317.228</u>

A Companhia possui outros tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujo efeito de potenciais contingências estão divulgados na nota 21.

(21) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2020		31/12/2019	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	72.655	23.728	104.026	25.581
Cíveis	65.438	20.574	58.484	20.767
Fiscais				
Imposto de renda	-	255.118	-	271.570
Outras	3.098	97.433	4.591	78.459
	<u>3.098</u>	<u>352.551</u>	<u>4.591</u>	<u>350.029</u>
Outros	760	-	2.881	-
Total	<u>141.951</u>	<u>396.854</u>	<u>169.982</u>	<u>396.377</u>

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2020
Trabalhistas	104.026	34.661	(16.186)	(57.778)	7.933	72.655
Cíveis	58.484	49.425	(6.489)	(45.036)	9.053	65.438
Fiscais	4.591	3.172	(1.686)	(3.547)	568	3.098
Outros	2.881	-	(1.722)	(452)	53	760
Total	<u>169.982</u>	<u>87.257</u>	<u>(26.083)</u>	<u>(106.812)</u>	<u>17.607</u>	<u>141.951</u>

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

- Trabalhistas** - as principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações).
- Cíveis:** as principais causas cíveis relacionam-se a danos pessoais, como pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.
- Fiscais:** refere-se a outros processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrentes das operações dos negócios da Companhia, relacionados a assuntos fiscais envolvendo INSS, FGTS, SAT e PIS e COFINS.
- Outros:** refere-se principalmente as ações relacionadas à natureza regulatória.

Perdas possíveis

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estavam assim representadas:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>Principais causas</u>
Trabalhistas	113.315	145.798	Acidentes de trabalhos, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	536.279	535.131	Danos pessoais e majoração tarifária
Fiscais	1.659.044	1.624.938	Imposto de Renda e Contribuição Social (nota 20)
Fiscais - Outros	471.673	448.673	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS
Regulatório	23.995	17.215	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômica-financeira
Total	<u>2.804.307</u>	<u>2.771.754</u>	

Fiscais – Um dos principais temas se refere a discussões sobre a dedutibilidade para imposto de renda das despesas reconhecidas em 1997 referente à novação de dívida relativa ao plano de pensão dos funcionários da Companhia perante a Vivest no montante estimado de R\$ 1.495.455, havendo depósitos judiciais no valor de R\$ 22.895 e garantias financeiras (seguros e fianças bancárias) no valor total de R\$ 1.876.315, nos termos exigidos pela legislação processual. Adicionalmente, discute-se juros que incidiram sobre depósito judicial levantado pela Companhia no montante de R\$ 254.786 e que se encontram depositados em juízo. Em 23 de maio, 06 de junho e 17 de setembro de 2019, o recurso especial do principal processo foi julgado perante a Segunda Turma de Direito Público do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de maneira desfavorável para a controlada, cuja decisão foi publicada em seu integral teor em 26 de junho de 2020, sobre a qual foram opostos embargos de declaração em 04 de agosto de 2020, que aguardam julgamento. Adicionalmente, a controlada possui um recurso extraordinário em fase inicial de tramitação do processo, tanto no STJ quanto no STF e com base na opinião de seus assessores legais, a controlada permanece confiante nos fundamentos jurídicos apresentados e continuará os defendendo perante o Poder Judiciário, mantendo o prognóstico de risco de perda dos processos como não provável, tendo no STF uma nova oportunidade de análise para o caso, focadamente constitucional, com robustos fundamentos, a indicar significativa viabilidade de êxito dos recursos extraordinários, bem como continuará tentando evitar possíveis saídas de caixa caso venha a ser requerida a substituir as garantias financeiras existentes por depósito em dinheiro.

Trabalhistas - No tocante às contingências trabalhistas está em discussão os efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal que alterou o índice de correção monetária adotado pela Justiça do Trabalho. Atualmente, há decisão do STF, passível de recurso, que afastou definitivamente a aplicação da TR, índice anteriormente praticado pela Justiça do Trabalho, para aplicação do IPCA-E para os débitos na fase pré-processual e a SELIC para após a citação, porém, não delimitou a temporalidade dessa aplicação para os casos sem índice definido, tampouco esclareceu a aplicação de juros, reativando os processos anteriormente suspensos. A Administração da Companhia esclarece que realiza a liquidação individualizada dos casos trabalhistas, nos termos das respectivas decisões e não identificou em análise preliminar alteração material. Assim, a Companhia aguarda a publicação da decisão definitiva do STF e eventuais recursos para estimar com razoável segurança os montantes envolvidos na discussão.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

(22) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Consumidores e concessionárias	50.913	43.998	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	175.297	96.089	-	46.839
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	93.064	26.380	9.199	55.439
EPE / FNDCT / PROCEL (*)	15.546	21.803	-	-
Adiantamentos	56.502	6.181	5.863	455
Descontos tarifários - CDE	6.921	11.615	-	-
Juros sobre empréstimo compulsório	161	161	-	-
Folha de pagamento	7.332	5.614	-	-
Participação nos lucros	29.862	25.915	5.155	4.339
Convênios de arrecadação	49.953	46.439	-	-
Outros	5.449	8.576	1.334	1.616
Total	490.999	292.770	21.552	108.688

(*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

Consumidores e concessionárias: referem-se a contas pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos além de participações de consumidores no Programa de Universalização.

Programas de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento: A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos programas de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização. Adicionalmente em cumprimento Medida Provisória nº 998/2020, a partir entre 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025, até 30% dos valores previstos para os Programas de P&D e Eficiência Energética, não comprometidos com projetos contratados ou iniciados, até 31 de agosto de 2020, deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária. A ANEEL regulamentará a forma de recolhimento desses valores em 2021.

Adiantamentos: Referem-se a adiantamentos realizados por consumidores para execução de obras e serviços e adiantamento relativo ao aluguel de postes.

Descontos tarifários – CDE: Refere-se à diferença entre o desconto tarifário concedido aos consumidores e os valores recebidos via CDE.

Participação nos lucros: Em conformidade com o acordo coletivo de trabalho, a Companhia implantou programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos.

Convênios de arrecadação: Referem-se a convênios firmados com prefeituras e empresas para arrecadação através da conta de energia elétrica e posterior repasse de valores referentes à contribuição de iluminação pública, jornais, assistência médica, seguros residenciais, entre outros.

(23) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação do acionista no Patrimônio da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações		
	Ordinárias	Total	%
CPFL Energia S.A	880.653.030	880.653.030	100,00
Ações em tesouraria	1	1	-
Total	880.653.031	880.653.031	100,00

23.1 Gestão do capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e a estratégia de subida de dividendos da Companhia para o controlador.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA.

Ao longo de 2020, a estrutura de capital e a alavancagem da Companhia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 2,81 vezes o EBITDA em 2020 (2,42 vezes em 2019), no critério de medição dos *covenants* financeiros da Companhia, maior do que no ano anterior. A política da Companhia é manter este índice abaixo de 3,75, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição.

23.2 – Aumento de capital

Através da Assembleia Geral Extraordinária de 15 de junho de 2020, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 17.475, referente capitalização do benefício fiscal do intangível incorporado apurado no exercício de 2019 sem emissão de novas ações.

23.3 - Dividendo e Juros sobre capital próprio (“JCP”)

Na AGO/E de 15 de junho de 2020, foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2019, através de (i) dividendo mínimo obrigatório, no montante de R\$ 83.003, atribuindo-se para cada ação ordinária o valor de R\$ 0,094251211; (ii) dividendo adicional proposto, no montante de R\$ 576.335, atribuindo-se para cada ação ordinária o valor de R\$ 0,654440307 e (iii) Juros sobre Capital Próprio proposto (“JCP”), no valor total de R\$ 136.386 atribuindo-se para cada ação ordinária o valor de R\$ 0,154869448 (R\$ 0,131639031 líquido dos efeitos tributários), os quais são imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social.

Adicionalmente, a Companhia declarou, no exercício de 2020:

- Dividendo intermediário no montante de R\$ 552.303 utilizando-se do saldo total da Reserva de Retenção de Lucros para Investimentos (R\$ 109.658) e da Reserva Estatutária de Reforço de Capital de Giro (R\$ 442.645), aprovado em AGE de 20 de novembro de 2020;
- Juros sobre capital próprio no montante de R\$ 103.707 (R\$ 88.151 líquido de IRRF) sendo atribuindo-se para cada ação ordinária o valor de R\$ 0,117761099 (R\$ 0,100096934 líquido dos efeitos tributários) do exercício de 2020, aprovado em AGE de 30 de dezembro de 2020;
- Dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76 no montante de R\$ 142.692, sendo atribuído para cada ação ordinária o valor de R\$ 0,162029761.

No exercício de 2020, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 1.633.427 referente a dividendos e R\$ 115.928 referente a Juros sobre capital próprio, totalizando R\$ 1.749.355.

23.4 - Reserva de capital

Refere-se basicamente ao benefício fiscal do intangível incorporado oriundo da incorporação da antiga controladora DOC 4 de R\$ 126.767.

23.5 - Reserva de lucros

O saldo da Reserva de lucros em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 848.885, que compreende: i) Reserva legal de R\$ 1719132; e ii) Reserva estatutária de reforço de capital de giro R\$ 676.972.

23.6 – Resultado abrangente acumulado

É composto por:

- (i) entidade de previdência privada com saldo devedor de R\$ 1.475.745 (líquido de imposto de renda e contribuição social), de acordo com o CPC 33 (R2);
- (ii) efeitos do risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros com saldo credor de R\$ 13.536 (líquido de imposto de renda e contribuição social), de acordo com o CPC 48.

23.7 – Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício	971.969
Reserva legal	(48.598)
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	(676.972)
Juros sobre capital próprio	(103.707)
Dividendo mínimo obrigatório	(142.692)

Para este exercício, considerando o atual cenário macroeconômico e as incertezas quanto à hidrologia, a Administração da Companhia está propondo a destinação de R\$ 676.972 à reserva estatutária - reforço de capital de giro.

(24) LUCRO POR AÇÃO

Lucro por ação – básico

O cálculo do lucro por ação básico em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Numerador		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	971.969	837.604
Denominador		
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias	880.653.031	880.653.031
Lucro líquido básico por ação ordinária - R\$	1,10	0,95

Nos exercícios de 2020 e 2019 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

(25) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Nº de Consumidores		GWh		R\$ mil	
	31/12/2020	31/12/2019	2020	2019	2020	2019
Receita de operações com energia elétrica						
Classe de consumidores						
Residencial	4.283.399	4.184.577	10.115	9.888	7.198.185	6.944.361
Industrial	26.722	27.634	1.952	2.420	1.223.944	1.472.695
Comercial	239.656	244.430	3.724	4.325	2.503.096	2.839.722
Rural	81.262	81.768	1.261	1.241	555.020	510.330
Poderes públicos	28.993	28.358	572	733	362.587	449.970
Iluminação pública	8.864	8.566	1.018	1.010	416.716	410.138
Serviço público	5.193	5.038	1.209	1.246	657.277	661.946
Fornecimento faturado	4.674.089	4.580.371	19.851	20.862	12.916.825	13.289.161
Consumo próprio	457	452	20	21	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	-	-	120.695	59.474
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(5.863.071)	(5.577.844)
Fornecimento de energia elétrica	4.674.546	4.580.823	19.871	20.884	7.174.449	7.770.791
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas			192	1.205	57.049	200.359
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo			-	-	(8.849)	(8.978)
Energia elétrica de curto prazo			3.193	2.021	415.497	471.876
Suprimento de energia elétrica			3.385	3.225	463.697	663.257
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo					5.871.920	5.586.822
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre					1.679.812	1.536.499
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos					(30.233)	(21.344)
Receita de construção da infraestrutura de concessão					953.267	770.959
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 9)					337.126	(175.042)
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 11)					154.362	96.938
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares					582.228	544.223
Outras receitas e rendas					198.927	163.095
Outras receitas operacionais					9.747.409	8.502.150
Total da receita operacional bruta					17.385.556	16.936.198
Deduções da receita operacional						
ICMS					(2.657.440)	(2.688.890)
PIS					(268.830)	(260.351)
COFINS					(1.236.099)	(1.255.538)
ISS					(537)	(466)
Conta de desenvolvimento energético - CDE					(1.638.261)	(1.698.321)
Programa de P & D e eficiência energética					(103.522)	(98.769)
PROINFA					(77.485)	(84.284)
Bandeiras tarifárias e outros					56.992	(106.989)
Outros					(12.853)	(11.893)
					(5.938.035)	(6.205.501)
Receita operacional líquida					11.447.521	10.730.696

25.1 Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

No procedimento de regulação tarifária (“PRORET”), no submódulo 2.7 Outras Receitas, aprovado pela REN ANEEL nº 463, de 22 de novembro de 2011, foi definido que as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, da data contratual de revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisão tarifária periódica, devem ser contabilizadas como obrigações especiais, em subconta específica e serão amortizadas a partir da próxima revisão tarifária. Para a Companhia em função do 4º ciclo de revisão tarifária periódica, a partir de novembro de 2017, essa obrigação especial passou a ser amortizada, e os novos valores decorrentes de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos passaram a ser apropriados em ativos e passivos financeiros setoriais e somente serão amortizados quando da homologação do 5º ciclo de revisão tarifária periódica, conforme dispõe o submódulo 2.1 Procedimentos Gerais do PRORET.

Em 07 de fevereiro de 2012, a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (“ABRADEE”) conseguiu a suspensão dos efeitos da REN nº 463, onde foi deferido o pedido de antecipação de tutela final e foi suspensa a determinação de contabilização das receitas oriundas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos como obrigações especiais. Em junho de 2012, foi deferido o efeito suspensivo requerido pela ANEEL em seu Agravo de Instrumento e suspendendo a antecipação de tutela originalmente deferida em favor da ABRADEE. A Companhia está aguardando o julgamento da ação para determinar o tratamento definitivo dessas receitas. Esses valores foram provisionados como (i) passivos financeiros setoriais e (ii) obrigações especiais as quais estão sendo amortizadas e apresentadas líquido no ativo intangível da concessão, em atendimento ao CPC 25.

25.2 – Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) e Revisão Tarifária Periódica (“RTP”)

Em 08 de abril de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.670/2020, relativo ao reajuste tarifário anual - RTA, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, em 14,90%, sendo

6,09% referentes ao reajuste tarifário econômico e 8,80% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total percebido pelos consumidores foi de 6,05%.

Como o reajuste tarifário foi suspenso até o dia 30 de junho de 2020, no contexto do estado de emergência de saúde pública de importância internacional em decorrência da pandemia do coronavírus (COVID-19), foi mantida nesse ínterim a aplicação das tarifas definidas em 2019, publicadas pela REH nº 2.526/2019.

Em 02 de abril de 2019, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.526, relativo ao reajuste tarifário anual - RTA, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, com vigência a partir de 08 de abril de 2019, em 12,02%, sendo 2,95% referentes ao reajuste tarifário econômico e 9,07% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total percebido pelos consumidores é de 8,66%.

25.3 – Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares

A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. No exercício de 2020, foi registrada receita de R\$ 582.228 (R\$ 544.223 em 2019), sendo: (i) R\$ 94.891 (R\$ 35.290 em 2019) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 451.144 (R\$ 467.199 em 2019) referentes a outros descontos tarifários, (iii) R\$ 36 (R\$ 236 em 2019) de desconto tarifário – liminares e (iv) R\$ 36.157 (R\$ 41.498 em 2019) de subvenção CCRBT.

25.4 – Conta de desenvolvimento energético – (“CDE”)

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.664, de 17 de dezembro de 2019, estabeleceu as quotas anuais e mensais definitivas da CDE Uso vigentes para o ano de 2020.

(26) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		R\$ mil	
	2020	2019	2020	2019
<u>Energia comprada para revenda</u>				
Energia de Itaipu Binacional	4.909	4.966	1.712.546	1.258.298
PROINFRA	502	503	141.613	185.925
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais e energia de curto prazo	22.073	22.561	4.944.554	5.217.930
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(604.748)	(552.253)
Subtotal	27.483	28.029	6.193.964	6.109.900
<u>Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</u>				
Encargos da rede básica			1.126.766	897.706
Encargos de transporte de itaipu			143.498	126.708
Encargos de conexão			28.776	27.146
Encargos de uso do sistema de distribuição			17.899	21.136
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)			54.666	2.573
Encargos de energia de reserva - EER			112.969	55.637
Crédito de PIS e COFINS			(137.320)	(104.608)
Subtotal			1.347.254	1.026.299
Total			7.541.219	7.136.199

(*) Conta de energia de reserva

(27) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Despesas operacionais											
	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Vendas		Gerais e administrativas		Outros		Total	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Pessoal	278.233	287.351	-	2	44.163	52.292	84.088	82.745	-	-	406.485	422.390
Entidade de previdência privada	122.574	77.977	-	-	-	-	-	-	-	-	122.574	77.977
Material	65.834	71.458	722	572	890	1.558	7.523	4.157	-	-	74.969	77.745
Serviços de terceiros	135.318	127.567	2.110	1.785	127.220	128.378	135.313	141.624	-	-	399.961	399.355
Custos com construção da infraestrutura	-	-	953.267	770.959	-	-	-	-	-	-	953.267	770.959
Outros	1.745	(1.450)	23	(2)	45.559	47.268	111.013	109.612	30.330	56.706	188.670	212.133
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	45.207	47.123	-	-	-	-	45.207	47.123
Arrendamentos e aluguéis	-	(10)	-	-	-	-	2.060	2.377	-	-	2.060	2.367
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	5.774	6.112	-	-	5.774	6.112
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	86.443	85.106	-	-	86.443	85.106
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	2.327	1.217	-	-	2.327	1.217
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	27.082	53.872	27.082	53.872
Outros	1.745	(1.440)	23	(2)	352	145	14.409	14.801	3.248	2.834	19.778	16.337
Total	603.704	562.902	956.123	773.315	217.833	229.495	337.937	338.139	30.330	56.706	2.145.927	1.960.558

(28) RESULTADO FINANCEIRO

	2020	2019
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	60.317	35.246
Acréscimos e multas moratórias	143.566	144.062
Atualização de créditos fiscais	2.924	16.171
Atualização de depósitos judiciais	8.910	21.255
Atualizações monetárias e cambiais	131.153	27.392
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	7.776	17.602
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 9)	10.190	42.772
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(16.175)	(16.272)
Outros	19.135	17.002
Total	367.796	305.230
Despesas		
Encargos de dívidas	(199.010)	(231.795)
Atualizações monetárias e cambiais	(80.164)	(99.629)
(-) Juros capitalizados	12.100	9.952
Outros	(23.705)	(30.690)
Total	(290.778)	(352.163)
Resultado financeiro	77.018	(46.933)

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 8,09% a.a. durante o exercício de 2020 e 2019 sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1).

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos dos ganhos com instrumentos derivativos no montante de R\$ 866.019 (R\$ 26.877 em 2019) (nota 32).

(29) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, que possuía em 31 de dezembro de 2020 as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- a) **Intangível, ativo contratual, materiais e prestação de serviços** - Refere-se à aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição, e contratação de serviços de engenharia e consultoria.
- b) **Compra e venda de energia no mercado regulado e encargos** - A Companhia cobra tarifas pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos). Os valores cobrados são definidos através de preços regulados pelo Poder Concedente. A Companhia também adquire energia de partes relacionadas, envolvendo principalmente contratos de longo prazo, em consonância com as regras estabelecidas pelo setor (principalmente através de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL.

A Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Vivest, oferecidos aos respectivos empregados. Mais informações, vide nota 18 - Entidade de Previdência Privada.

A controladora CPFL Energia possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por dois membros independentes e um executivo do Grupo, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da Administração em 2020, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05(R1) - Partes Relacionadas foi de R\$ 10.525 (R\$ 8.374 em 2019). Este valor é composto por R\$ 8.715 (R\$ 7.354 em 2019) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 325 (R\$ 296 em 2019) de benefícios pós-emprego e R\$ 1.485 (R\$ 724 em 2019) de outros benefícios de longo prazo, e referem-se a valores registrados pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China) referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia, são como seguem:

Empresas	Passivo		Despesa / Custo	
	31/12/2020	31/12/2019	2020	2019
Encargos - Rede básica				
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	-	1.078	122.014	85.351
Intangível, materiais e prestação de serviço				
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	100	-	302	77

Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A., são como seguem:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa / custo	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	2020	2019	2020	2019
Alocação de despesas entre empresas								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	7	-	13	-	-	(134)	(143)
CPFL Comercialização Cone Sul S.A.	-	-	-	-	-	-	(2)	(1)
CPFL Brasil Varejista S.A.	1	1	-	-	-	-	(2)	(2)
Companhia Piratininga de Força e Luz	1.045	931	1.283	1.129	-	-	1.964	2.139
Companhia Jaguarí de Energia	576	586	208	169	-	-	(5.320)	(4.978)
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	1.868	1.698	345	267	-	-	(21.113)	(17.786)
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	-	13	-	-	(143)	(141)
CPFL Centrais Geradoras Ltda.	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
CPFL Energia S.A.	58	52	-	-	-	-	(706)	(659)
Sul Geradora Participações	-	-	-	-	-	-	(2)	(1)
CPFL Renováveis - Consolidado	-	3	-	26	-	-	(145)	(60)
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	-	-	-	1	-	-	-	-
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	(2)
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	3	-	-	(17)	(16)
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	-	-	-	-	(2)	(1)
CPFL GD S.A.	-	-	-	-	-	-	(2)	(1)
Nect Serviços Administrativos de Suprimentos e Logísticas Ltda.	-	3	-	2	-	-	-	-
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	-	-	-	-	(2)	(1)
Arrendamento e aluguel								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	-	205	207	-	-
CPFL Comercialização Cone Sul S.A.	-	-	-	-	2	2	-	-
CPFL Brasil Varejista S.A.	-	-	-	-	2	3	-	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	-	-	990	925	-	-
Companhia Jaguarí de Energia	-	-	-	-	119	93	-	-
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	-	-	-	-	119	102	-	-
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	218	215	-	-
CPFL Centrais Geradoras Ltda.	-	-	-	-	2	2	-	-
CPFL Energia S.A.	-	-	-	-	2	2	-	-
Sul Geradora Participações	-	-	-	-	2	2	-	-
CPFL Renováveis - Consolidado	-	-	-	-	221	87	-	21
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	-	-	347	234	-	-
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	-	-	4	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	-	26	21	-	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	-	-	2	2	-	-
CPFL GD S.A.	-	-	-	-	2	2	-	-
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	-	-	2	2	-	-
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia S.A.	-	-	230.843	620.717	-	-	-	-
Intangível, materiais e prestação de serviço								
Companhia Piratininga de Força e Luz	131	145	-	167	-	-	-	-
Companhia Jaguarí de Energia	-	18	-	-	-	-	-	-
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	212	17	2	-	-	-	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. (*)	1.120	9.263	21.269	15.851	95	-	54.603	52.581
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	21	43	2.805	2.293	-	-	28.958	26.654
Nect Serviços Administrativos de Infraestrutura Ltda.	-	-	509	499	-	-	6.070	16.822
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	27	3	-	-	140	18	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	4	1.083	1.478	85	-	6.615	3.834
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	978	1.928	-	-	-	12.035
Nect Serviços Administrativos de Recursos Humanos Ltda.	-	-	468	408	-	-	5.265	1.227
Nect Serviços Administrativos Financeiros Ltda.	-	-	436	326	-	-	4.488	1.040
Nect Serviços Administrativos de Suprimentos e Logísticas Ltda. (*)	-	-	418	460	-	-	5.331	1.438
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	19	19	-	-	242	58	-	-
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	20	20	-	-	268	268	-	-
Compra e venda de energia e encargos								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	30	-	-	-	4.916	-	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	1.617	2.880	-	-	16.719	16.999	-	-
CPFL Geração de Energia S.A.	-	32	-	12.585	-	-	130.090	145.608
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	-	22	28	-	-	249	247
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	11.339	3.603	-	-	45.207	42.558
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	362	381	-	-	3.769	3.638
Campos Novos Energia S.A.	-	-	44.888	39.995	-	-	261.465	233.243
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	-	-	11.344	10.621	-	-	131.642	122.512
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	29.020	27.289	-	-	327.635	305.749
CPFL Renováveis - Consolidado	333	524	14.505	907	5.141	5.260	39.659	11.420
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	6	6	-	-	-	-	-	-
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	-	284	275	-	-	9.736	8.657
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	62	60	-	-	11.265	11.169
Outros								
Instituto CPFL	-	-	-	101	-	-	2.390	2.462

(*) A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços de informática e construção civil no exercício. Do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados como ativo contratual da Companhia o montante de R\$ 199.649 no exercício de 2020 (R\$ 119.543 em 2019), que não estão sendo apresentados no quadro acima.

(30) SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

<u>Descrição</u>	<u>Ramo da apólice</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo financeiro da concessão / Intangível	Riscos nomeados	127.000
Transporte	Transporte nacional	283.065
Responsabilidade civil	Geral e riscos Ambientais	35.000
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	409.512
Garantia	Seguro Garantia	2.611.315
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	150.000
Total		3.615.892

Para o seguro de responsabilidade civil dos administradores, a importância segurada é compartilhada entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio.

(31) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem principalmente distribuição de energia elétrica. Como concessionária de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas da Companhia são reguladas pela ANEEL.

Estrutura do gerenciamento de risco

A gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal da controladora CPFL Energia, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Diretoria de Auditoria, Riscos e *Compliance* e DPO (*Data Protection Officer*), bem como as áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia deliberar sobre as metodologias de limite de risco recomendadas pela Diretoria Executiva, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem desses limites. Adicionalmente, cabe a este fórum, tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva para saná-los.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração, desempenhando seu(s) papel(is) de órgão(s) técnico(s), tomar conhecimento (i) dos modelos de monitoramento dos riscos, (ii) das exposições aos riscos e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), bem como acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo a gestão de riscos.

Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais a Companhia está exposta, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva da CPFL Energia cabe a condução dos negócios dentro dos limites de risco definidos, devendo esta tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e

reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, *Compliance* e DPO é responsável pela (i) coordenação do processo de gestão de riscos da Companhia, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvam a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais a Companhia está exposta, (ii) monitoramento periódico das exposições aos riscos e acompanhamento da implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios, (iii) acompanhamento e reporte dos status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, e (iv) avaliação do ambiente de controles internos da Companhia e interação com os respectivos Gestores dos Negócios, buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de *swap*. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 32. Adicionalmente a Companhia está exposta em suas atividades operacionais à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege a Companhia de eventuais perdas econômicas.

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 32.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, ações de cobrança e corte de fornecimento.

Risco de sub/sobrecontratação: Risco inerente ao negócio de distribuição de energia no mercado brasileiro ao qual a Companhia e todas as distribuidoras do mercado estão expostas. A Companhia pode ficar impossibilitada de repassar integralmente os custos de suas compras de energia elétrica em duas situações: (i) quando o volume de energia contratada for superior a 105% da energia demandada pelos consumidores e (ii) quando o nível de contratos for inferior a 100% desta energia demandada. No primeiro caso a energia contratada acima dos 105% é vendida na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e não é repassada aos consumidores, ou seja, em cenários de PLD (Preço de liquidação das diferenças) inferior ao preço de compra desses contratos, há uma perda para a concessão. No segundo caso, além da Companhia ser obrigada a adquirir energia ao valor do PLD na CCEE e não possuir garantias de repasse integral na tarifa dos consumidores, há uma penalidade por insuficiência de lastro contratual. Essas situações podem ser mitigadas se as distribuidoras fizerem jus a exposições ou sobras involuntárias.

Risco quanto à escassez de energia hídrica: A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Em 2020 foram observadas chuvas abaixo do normal, principalmente no segundo semestre, levando a uma redução dos níveis de armazenamento nos reservatórios. Apesar deste cenário, não se verificou um cenário crítico de suprimento.

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Risco regulatório: As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pela Companhia dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista no contrato de concessão celebrado com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pela Companhia.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do Mark to Market, Stress Testing e Duration dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para o auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(32) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	31/12/2020	
				Contábil	Valor Justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	938.375	938.375
Titulos e valores mobiliarios	6	(a)	Nível 1	705.878	705.878
Derivativos	32	(a)	Nível 2	643.643	643.643
Ativo financeiro da concessão	11	(a)	Nível 3	4.159.774	4.159.774
Total				6.447.671	6.447.671
Passivo					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (***)	962.613	962.613
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	16	(a)	Nível 2	3.121.717	3.121.717
Debêntures - principal e encargos	17	(b)	Nível 2 (***)	2.176.411	2.152.729
Total				6.260.742	6.237.060

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um ganho de R\$ 33.182 em 2020 (uma perda de R\$ 20.253 em 2019).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

Legenda

Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos instrumentos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias; (ii) contas a receber – CDE; (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados; (iv) serviços prestados a terceiros; (v) convênios de arrecadação; e (vi) ativo financeiro setorial.
- Passivos financeiros: (i) fornecedores; (ii) taxas regulamentares; (iii) consumidores e concessionárias a pagar; (iv) FNDCT/EPE/PROCEL; (v) convênios de arrecadação; (vi) descontos tarifários – CDE e (vii) passivo financeiro setorial.

Adicionalmente, não houve em 2020 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por

isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado em 2020 de R\$ 163.504 (ganho de R\$ 103.040 em 2019), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota 11.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* de pelo menos AA, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de uma, é considerada o menor rating entre elas. A Administração não identificou para o período de 2020 e 2019 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperada.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 16). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)		Valores a custo, líquidos ⁽¹⁾	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nacional
	Ativo	Valores justos, líquidos						
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo Hedge variação cambial								
Empréstimos bancários - Lei 4.131	402.563	402.563	360.157	42.405	US\$ + (Libor 3 meses + 0,95% a 0,99%) ou (2,39% a 3,66%)	106,4% a 116% do CDI ou CDI + 0,80% a 0,89%	mai/19 a fev/25	1.249.297
Empréstimos bancários - Lei 4.131	241.081	241.081	255.387	(14.306)	Euro + 0,43% a 0,79%	103,5% do CDI ou CDI + 0,58 a 1,10%	fev/22 a mar/23	1.289.380
	643.643	643.643	615.544	28.099				
Total	643.643	643.643	615.544	28.099				
Circulante		22.459						
Não circulante		621.184						

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 16 e 17.

⁽¹⁾ Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nacional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2019	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2020
Derivativos				
Para dívidas designadas a valor justo	106.758	840.152	(331.366)	615.544
Marcação a mercado (*)	12.487	15.613	-	28.099
Total	119.244	855.765	(331.366)	643.643
Ativo circulante	71.034			22.459
Ativo não circulante	74.307			621.184
Passivo circulante	(26.097)			-

(*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2020 refere-se aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos para as dívidas designadas a valor justo.

	Saldo em 31/12/2018	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2019
Derivativos				
Para dívidas designadas a valor justo	150.451	4.108	(47.801)	106.758
Marcação a mercado (*)	(10.292)	22.779	-	12.487
Total	140.159	26.887	(47.801)	119.244
Ativo circulante	65.435			71.034
Ativo não circulante	80.955			74.307
Passivo circulante	-			(26.097)
Passivo não circulante	(6.231)			-

(*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2019 refere-se aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos para as dívidas designadas a valor justo.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (nota 16).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2020 e 2019 os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado		Ganho (Perda) no resultado abrangente	
	2020	2019	2020	2019
Variação cambial	840.152	4.108	-	-
Marcação a mercado	25.866	22.769	(10.253)	9
Total	866.019	26.877	(10.253)	9

c) Ativos financeiros da concessão

Em função da Companhia ter classificado os respectivos ativos financeiros da concessão como mensurados pelo valor justo por meio de resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis e não existe um mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, TJLP, IPCA e SELIC), conforme demonstrado:

d.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2020 fosse

mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(1.615.338)		(33.508)	378.703	790.915
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	1.675.605		34.759	(392.832)	(820.423)
	60.267	baixa dolar	1.251	(14.129)	(29.508)
Instrumentos financeiros passivos	(1.506.379)		(43.211)	344.186	731.584
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	1.553.083		44.551	(354.858)	(754.266)
	46.704	baixa euro	1.340	(10.672)	(22.682)
Total	106.971		2.591	(24.801)	(52.190)
Efeitos no resultado abrangente acumulado			674	(7.158)	(14.990)
Efeitos no resultado do exercício			1.917	(17.643)	(37.201)

(a) A taxa de cambio considerada em 31.12.2020 foi de R\$ 5,20 para o dólar e R\$ 6,39 para o euro.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo a taxa de cambio considerada de R\$ 5,30 e R\$ 6,58 e a depreciação cambial de 2,07% e 2,87%, do dólar e do euro respectivamente em 31.12.2020.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro ser um ativo, o risco é baixa do dólar e do euro e portanto o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

d.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2020 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	taxa no período	taxa Cenário provável (a)	Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	1.558.343				45.971	57.464	68.957
Instrumentos financeiros passivos	(1.382.428)				(40.782)	(50.977)	(61.172)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(2.585.045)				(76.259)	(95.324)	(114.388)
	(2.409.130)	alta CDI	2,78%	2,95%	(71.070)	(88.837)	(106.603)
Instrumentos financeiros passivos	(1.783.187)				(82.562)	(61.921)	(41.281)
Ativo financeiro da concessão	4.159.774				192.598	144.448	96.299
	2.376.587	baixa IPCA	4,52%	4,63%	110.036	82.527	55.018
Ativos e passivos financeiros setoriais	172.859				5.099	3.825	2.550
Instrumentos financeiros ativo	705.878				20.823	15.618	10.412
	878.738	baixa SELIC	2,78%	2,95%	25.922	19.443	12.962
Total	846.194				64.888	13.133	(38.623)
Efeitos no resultado abrangente acumulado					(299)	(374)	(449)
Efeitos no resultado do exercício					65.187	13.507	(38.174)

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

e) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 7 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Contas a receber e ativos de contrato - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora calculada uma “Receita ajustada”, refletindo a percepção da Companhia sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios, como segue:

Classe	Dias	Período
Residencial	90	Receita de 3 meses anteriores ao mês atual
Comercial e outras receitas	180	Receita de 6 meses anteriores ao mês atual
Industrial, rural, poder público em geral	360	Receita de 12 meses anteriores ao mês atual
Não faturado	-	Utiliza receita do próprio mês

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice “Ajustado” de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PDD”) para o mês, que foi determinado dividindo-se a “PDD Real” pela “Receita Ajustada” de cada mês. Na sequência, a PDD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais “Ajustados”, e aplicada sobre a receita real do mês corrente.

Com base neste critério, o percentual de PDD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel.

A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra contábil descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default - PD*”), Exposição na Inadimplência (“*Exposure at Default - EAD*”) e Perda Dada a Inadimplência (“*Loss Given Default - LGD*”).

Efeitos da COVID na PDD durante o ano de 2020

Com o objetivo de capturar tempestivamente os efeitos de aumento na inadimplência especialmente por conta da suspensão dos cortes de energia, a Companhia optou por adotar uma mudança no cálculo da PDD nos 2º e 3º trimestres de 2020. No entanto, para 31 de dezembro de 2020 voltou para o critério anterior, conforme detalhado acima.

Importante mencionar que a Companhia permanece acompanhando os desdobramentos da atual crise em seus resultados, buscando avaliar a metodologia que reflita tempestivamente a perda esperada.

Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, além dos efeitos da pandemia causada pelo COVID 19 e que estão considerados em nossa metodologia de cálculo, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência.

Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA- (nota 32 b).

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2020 e 2019 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* de pelo menos AA (nota 32 b), baseado nas principais agências de *rating* de crédito do mercado (nota 32). A Administração não identificou para os exercícios de 2020 e 2019 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

f) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2020, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2020	Nota Explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	15	1.627.663	-	-	7.328	-	-	1.634.991
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	11.930	107.094	383.620	3.049.397	890.815	573.169	5.016.025
Debêntures - principal e encargos	17	-	18.206	47.029	1.313.827	991.662	107.668	2.478.393
Taxas regulamentares	19	41.476	-	-	-	-	-	41.476
Outros	22	16.139	87.337	12.936	-	-	-	116.412
Consumidores e concessionárias		16.139	34.774	-	-	-	-	50.913
EPE / FNDCT / PROCEL		-	2.610	12.936	-	-	-	15.546
Convênio de arrecadação		-	49.953	-	-	-	-	49.953
Total		1.697.207	212.637	443.584	4.370.552	1.882.478	680.837	9.287.295

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(33) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuiu no exercício de 2020, um valor de R\$ 12.100 (R\$ 9.952 em 2019) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição (nota 28).

(34) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2020	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Arrendamentos e aluguéis	Até 3 anos	754	477	-	-	1.231
Compra de energia (exceto Itaipu)	Até 7 anos	6.021.063	12.318.437	12.165.044	11.625.136	42.129.680
Compra de energia de Itaipu	Até 7 anos	1.573.210	2.810.343	2.696.724	2.575.750	9.656.026
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	Até 8 anos	1.530.164	3.811.185	4.357.211	3.897.854	13.596.414
Projetos de construção de subestação	Até 4 anos	8.547	1.772	-	-	10.319
Total		9.133.737	18.942.215	19.218.978	18.098.739	65.393.669

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LUIS HENRIQUE FERREIRA PINTO
Presidente

YUEHUI PAN
Vice Presidente

LUIZ HENRIQUE DE SOUZA
Conselheiro

DIRETORIA

ROBERTO SARTORI
Diretor Presidente

YUEHUI PAN
Diretor Financeiro
e de Relações com Investidores

RAFAEL LAZZARETTI
Diretor Comercial

OSVANIL OLIVERIA PEREIRA
Diretor de Operações

ANDRÉ LUIZ GOMES DA SILVA
Diretor de Assuntos Regulatórios

FLÁVIO HENRIQUE RIBEIRO
Diretor Administrativo

DIRETORIA DE CONTABILIDADE

SÉRGIO LUIS FELICE
Diretor de Contabilidade
CT CRC 1SP192.767/O-6

ANA PAULA PERESSIM DE PAULO
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras
CT CRC 1SP217200/O-6



KPMG Auditores Independentes
Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí
Edifício Dahruj Tower
13024-001 - Campinas/SP - Brasil
Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil
Telefone +55 (19) 3198-6000
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e Acionistas da
Companhia Paulista de Força e Luz**
Campinas - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Paulista de Força e Luz (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia Paulista de Força e Luz em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de energia distribuída, mas não faturada

Veja as notas explicativas 3.9 e 25 às demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A receita não faturada reconhecida pela Companhia corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura que em alguns casos sucedem o período de encerramento contábil. O reconhecimento da receita não faturada é determinada com base em dados históricos obtidos principalmente por meio de parâmetros de sistemas informatizados tais como, o volume de consumo de energia da distribuidora disponibilizado no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.</p> <p>Devido à complexidade dos dados usados na determinação da estimativa do reconhecimento da receita não faturada que pode impactar o valor das receitas nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria</p>	<p>Avaliamos o desenho, implementação e efetividade dos controles internos chave relacionados à determinação do montante da receita de energia distribuída, mas não faturada. Envolvermos nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados na determinação dos saldos registrados.</p> <p>Analisamos os dados usados na determinação da estimativa de receita não faturada, especificamente, os dados da carga total de energia recebida na rede da distribuidora, da carga efetivamente faturada, segregados por tipo de consumidor, e dos índices de perdas técnicas e comerciais, visando determinar o percentual de aplicação na parcela da receita não faturada, chegando dessa forma na carga cativa líquida por classe de consumo.</p> <p>Recalculamos o montante de receita não faturada por meio da carga cativa líquida pela multiplicação desta carga pelas tarifas definidas pelo órgão regulador para cada classe de consumidor em seus grupos e modalidades.</p> <p>Adicionalmente, testamos a integridade e exatidão dos dados utilizados no referido cálculo e efetuamos teste de valorização por meio do confronto dos valores reconhecidos de receita com as expectativas independentes geradas a partir de nossos testes de auditoria.</p> <p>Também avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as normas aplicáveis.</p> <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração e a divulgação do reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada, os quais</p>

	não foram registrados pela administração, por terem sido considerados imateriais. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.
--	---

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela

supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais

assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 17 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP027612/O-4

Marcio José dos Santos

Contador CRC 1SP252906/O-0

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da Companhia Paulista de Força e Luz, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, 1755, km 2,5, Parque São Quirino, Campinas, CEP 13088-140 Campinas - São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 33.050.196/0001-88, declaram que:

- a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais - ITR) da **Companhia Paulista de Força e Luz** do período findo em 31 de dezembro de 2020;
- b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais - ITR) **Companhia Paulista de Força e Luz** do período findo em 31 de dezembro de 2020.

Campinas, 15 de março de 2021.

Atenciosamente,

Roberto Sartori
Diretor Presidente

Yuehui Pan
Diretor Financeiro e de Relações
com com Investidores